Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia

2025/2069(INI)

12.2.2026

ALTERAÇÕES
324 - 595

Projeto de relatório
Tomas Tobé
(PE775.431v01-00)

Conclusões e recomendações da Comissão Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia
(2025/2069(INI))

Alteração 324
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***do modo de vida europeu*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial ***é um poderoso antídoto*** contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros***, incluindo*** a desinformação;	V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***de sociedades democráticas e resilientes*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial***, exercido em conformidade com os mais elevados padrões profissionais de exatidão, equidade e integridade, constitui uma salvaguarda poderosa*** contra a manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros ***e*** a desinformação***, representa um pilar essencial para uma cidadania informada, criticamente consciente e empenhada, bem como para o bom funcionamento das sociedades democráticas no seu conjunto***;

Or. en

Alteração 325
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do modo de vida europeu e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com	V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social ***baseada em factos*** são pedras angulares do modo de vida europeu e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta

independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;	qualidade e com independência editorial***, incluindo o dos meios de comunicação e de jornalistas no exílio,*** é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação; ***que as plataformas em linha estão a tirar partido dos conteúdos dos meios de comunicação social através da monopolização dos fluxos de receitas publicitárias; que a mobilização destas receitas é necessária para manter meios de comunicação social pluralistas e baseados em factos na UE;***

Or. en

Alteração 326
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do ***modo de vida*** europeu e ***estão consagrados*** no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;	V. Considerando que a liberdade ***de expressão*** e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do ***património*** europeu ***comum e dos direitos humanos universais, conforme consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como no artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos*** e no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;

Or. en

Alteração 327

Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do modo de vida europeu e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;	V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do modo de vida europeu e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação; ***que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social só podem ser alcançados restabelecendo o equilíbrio no ecossistema dos meios de comunicação social, a fim de assegurar um ambiente jornalístico próspero e diversificado;***

Or. en

Alteração 328
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***do modo de vida europeu*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes	V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***da liberdade de expressão*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes

estrangeiros, incluindo a desinformação;	estrangeiros, incluindo a desinformação; ***que os meios de comunicação social de elevada qualidade enfrentam dificuldades financeiras devido à diminuição das receitas publicitárias, bem como à exibição restrita dos seus conteúdos nas plataformas em linha;***

Or. en

Alteração 329
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***do modo de vida europeu*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;	V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***das nossas sociedades democráticas e resilientes*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial***, bem financiado e comercialmente viável também pode desempenhar um papel importante, na medida em que*** é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;

Or. en

Alteração 330
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o	V. Considerando que a liberdade e o

pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do modo de vida europeu e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo ***de alta qualidade*** e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;	pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares do modo de vida europeu e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação; ***que as subvenções e o financiamento criam o risco de dependência e constituem uma potencial ameaça à independência editorial;***

Or. en

Alteração 331
Danilo Della Valle, Jonas Sjöstedt, Konstantinos Arvanitis, Li Andersson

Proposta de resolução
Considerando V

Proposta de resolução	*Alteração*
V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***do modo de vida europeu*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;	V. Considerando que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são pedras angulares ***de sociedades democráticas*** e estão consagrados no artigo 11.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; que o jornalismo de alta qualidade e com independência editorial é um poderoso antídoto contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, incluindo a desinformação;

Or. en

Alteração 332
Danilo Della Valle

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. Considerando que a NewsGuard, um interveniente privado dos EUA que fornece as chamadas «notações de confiança» aos meios de comunicação noticiosos, que estão cada vez mais integrados nos instrumentos e políticas da União e podem ter graves implicações para o pluralismo dos meios de comunicação social, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão; que estas classificações abrangem a grande maioria do tráfego de notícias em linha em França, na Alemanha, em Itália e noutros países, posicionando assim a NewsGuard como uma infraestrutura de «confiança» de facto para as plataformas em linha, as instituições públicas e os anunciantes; que a NewsGuard colabora com entidades ligadas à Comissão Europeia, como o Centro Comum de Investigação, e que as suas notações são oferecidas a programas de navegação, motores de pesquisa, plataformas e projetos ligados ao Código de Conduta Europeu sobre Desinformação, tornando-se assim parte do conjunto informal de instrumentos regulamentares da União no domínio da informação; que as práticas dos intervenientes privados que monitorizam, pontuam ou classificam os órgãos noticiosos e as informações em linha suscitaram preocupações quanto à transparência, à responsabilização e ao potencial para influenciar a perceção pública e moldar o discurso, afetando assim o pluralismo dos meios de comunicação social, o debate público e o tratamento equitativo de diversas fontes noticiosas, bem como a independência editorial;
	Or. en

Alteração 333

Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. que o setor dos meios de comunicação social enfrenta desafios sem precedentes decorrentes do domínio das plataformas em linha e dos sistemas de inteligência artificial (IA) mundiais que atuam como controladores de acesso aos conteúdos dos meios de comunicação social, são utilizados para difundir desinformação e minam a confiança do público nas instituições, desviam as receitas publicitárias e violam a proteção dos direitos de autor, comprometendo a sustentabilidade do setor dos meios de comunicação social;

Or. en

Alteração 334
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. Considerando que a liberdade de expressão e de informação e a liberdade de receber e transmitir informações ou ideias são as pedras angulares do sistema democrático europeu, tal como consagrado no artigo 11.º, n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;

Or. en

Alteração 335
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. Considerando que o jornalismo é definido principalmente por metodologias transparentes, verificáveis e éticas, incluindo a verificação de factos, a responsabilização das fontes, a independência editorial e as normas profissionais, que o distinguem claramente da propaganda, das operações de influência ou da comunicação patrocinada pelo Estado;

Or. en

Alteração 336
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. Considerando que as práticas de financiamento da Comissão favorecem quase exclusivamente os meios de comunicação social liberais e de esquerda, criando um desequilíbrio político e distorcendo o panorama mediático da UE, aplicando efetivamente uma proibição de facto das críticas às instituições da União e às suas decisões;

Or. en

Alteração 337
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. Considerando que o Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social representa um marco significativo na promoção de um panorama mediático independente e pluralista em toda a Europa, nomeadamente através da introdução de salvaguardas essenciais para a governação e o financiamento dos meios de comunicação social de serviço público;

Or. en

Alteração 338
Stefano Cavedagna, Nicolas Bay

Proposta de resolução
Considerando V-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-A. Considerando que as instituições públicas de radiodifusão devem permanecer neutras e não devem ser exploradas para fins que comprometam o pluralismo ou a qualidade do debate público;

Or. en

Alteração 339
Danilo Della Valle

Proposta de resolução
Considerando V-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-B. Considerando que a União

Europeia afeta quase 80 milhões de EUR por ano a projetos relacionados com os meios de comunicação social — incluindo cerca de 40 milhões de EUR canalizados através do programa IMREG desde 2017 para apoiar campanhas a favor da política de coesão executadas por organismos de radiodifusão públicos e agências noticiosas, como a ANSA e a EFE — e 27 milhões de EUR ao Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO) para financiar redes e luta contra a desinformação que se sobrepõem a parcerias de comunicação social a favor da UE;

Or. en

Alteração 340
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando V-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-B. Considerando que os meios de comunicação social audiovisual sediados na UE estão sujeitos a requisitos mais rigorosos do que os disponíveis para o público europeu de um país terceiro através de outros meios de distribuição (digitais ou por satélite), o que permitiu que os meios de comunicação social audiovisual sob o controlo editorial de governos estrangeiros — nomeadamente os «meios de comunicação social estatais» — divulgassem legalmente os seus conteúdos com muito poucas obrigações de supervisão ou responsabilização;

Or. en

Alteração 341
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando V-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	V-B. Considerando que os meios de comunicação social desempenham uma função democrática distinta da das entidades comerciais comuns; que são necessárias salvaguardas sólidas para proteger a independência editorial, em particular em casos de concentração da propriedade, aquisições ou alterações no controlo; que os jornalistas e as equipas editoriais podem ser expostos a pressões, interferências ou à erosão das cartas editoriais na sequência de aquisições;

Or. en

Alteração 342
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando W

Proposta de resolução	*Alteração*
W. Considerando que, ao abrigo do RMD, os criadores de aplicações distribuídas por meio de lojas de aplicações devem poder informar os seus consumidores, de forma gratuita, de ofertas alternativas fora da loja de aplicações; que a Comissão lançou uma investigação sobre uma violação potencial do RMD por parte da Google ao despromover conteúdos de editores de meios de comunicação social nos resultados de pesquisas; que a Comissão deu início ao seu primeiro reexame do RMD em 3 de julho de 2025;	W. ***Considerando que o RMD é um instrumento regulamentar essencial para garantir mercados digitais justos e salvaguardar o pluralismo dos meios de comunicação social; que os desafios se mantêm no que respeita à aplicação do RMD; que a Comissão Europeia está atualmente a rever o RMD;*** considerando que, ao abrigo do RMD, os criadores de aplicações distribuídas por meio de lojas de aplicações devem poder informar os seus consumidores, de forma gratuita, de ofertas alternativas fora da loja de aplicações; que a Comissão lançou uma investigação sobre

	uma violação potencial do RMD por parte da Google ao despromover conteúdos de editores de meios de comunicação social nos resultados de pesquisas; que a Comissão deu início ao seu primeiro reexame do RMD em 3 de julho de 2025;

Or. en

Alteração 343
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando W

Proposta de resolução	*Alteração*
W. Considerando que, ao abrigo do RMD, os criadores de aplicações distribuídas por meio de lojas de aplicações devem poder informar os seus consumidores, de forma gratuita, de ofertas alternativas fora da loja de aplicações; que a Comissão lançou uma investigação sobre uma violação potencial do RMD por parte da Google ao despromover conteúdos de editores de meios de comunicação social nos resultados de pesquisas; que a Comissão deu início ao seu primeiro reexame do RMD em 3 de julho de 2025;	W. Considerando que, ao abrigo do RMD, os criadores de aplicações distribuídas por meio de lojas de aplicações devem poder informar os seus consumidores, de forma gratuita, de ofertas alternativas fora da loja de aplicações; que a Comissão lançou uma investigação sobre uma violação potencial do RMD por parte da Google ao despromover conteúdos de editores de meios de comunicação social nos resultados de pesquisas; que a Comissão deu início ao seu primeiro reexame do RMD em 3 de julho de 2025; ***que a «Síntese da IA» dos resultados de pesquisa da Google coloca a questão da proteção dos direitos de autor de qualquer sítio Web utilizado como fonte, bem como a questão de saber se a Google pode ser vista como um criador de conteúdos;***

Or. en

Alteração 344
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando W

Proposta de resolução	*Alteração*
W. Considerando que, ao abrigo do RMD, os criadores de aplicações distribuídas por meio de lojas de aplicações devem poder informar os seus consumidores, de forma gratuita, de ofertas alternativas fora da loja de aplicações; que a Comissão lançou uma investigação sobre uma violação potencial do RMD por parte da Google ao despromover conteúdos de editores de meios de comunicação social nos resultados de pesquisas; que a Comissão deu início ao seu primeiro reexame do RMD em 3 de julho de 2025;	W. Considerando que, ao abrigo do RMD, os criadores de aplicações distribuídas por meio de lojas de aplicações devem poder***, mas não estarem obrigados a,*** informar os seus consumidores, de forma gratuita, de ofertas alternativas fora da loja de aplicações; que a Comissão lançou uma investigação sobre uma violação potencial do RMD por parte da Google ao despromover conteúdos de editores de meios de comunicação social nos resultados de pesquisas; que a Comissão deu início ao seu primeiro reexame do RMD em 3 de julho de 2025;

Or. en

Alteração 345
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando X

Proposta de resolução	*Alteração*
X. Considerando que***, ao abrigo da*** Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual***, os*** Estados-Membros ***têm a obrigação de tomar*** medidas para o desenvolvimento de competências de literacia mediática e de comunicar, de três em três anos, as ações por si empreendidas;	X. Considerando que ***a*** Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual ***regula os serviços de comunicação social audiovisual, assegurando assim a proteção dos consumidores e cumprindo outros objetivos de interesse público no mercado dos meios de comunicação social audiovisual; que a Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual também permite que os Estados-Membros tomem medidas para assegurar a proeminência adequada dos serviços de comunicação social audiovisual de interesse geral, com vista a aumentar o acesso dos cidadãos a notícias e informações fiáveis, conteúdos de literacia mediática e programas culturalmente relevantes, exigindo aos***

	Estados-Membros ***que tomem*** medidas para o desenvolvimento de competências de literacia mediática e de comunicar, de três em três anos, as ações por si empreendidas;

Or. en

Alteração 346
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando X

Proposta de resolução	*Alteração*
X. Considerando que***, ao abrigo da*** Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual***, os*** Estados-Membros ***têm a obrigação de tomar*** medidas para o desenvolvimento de competências de literacia mediática e de comunicar, de três em três anos, as ações por si empreendidas;	X. Considerando que***, ao abrigo da*** Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual***, os*** Estados-Membros ***têm a obrigação de tomar*** medidas para o desenvolvimento de competências de literacia mediática e de comunicar, de três em três anos, as ações por si empreendidas; ***que a Comissão Europeia está atualmente a avaliar a Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual e lançou um convite à apresentação de contributos em novembro de 2025, em preparação da nova avaliação prevista para 2026;***

Or. en

Alteração 347
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando X-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	X-A. Considerando que o Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios

de Comunicação Social representa um marco significativo na promoção de um panorama mediático independente e pluralista em toda a Europa, nomeadamente através da introdução de salvaguardas essenciais para a governação e o financiamento dos meios de comunicação social de serviço público; que, apesar da sua aplicação oficial com início em 8 de agosto de 2025, os Estados-Membros continuam em diferentes fases de execução e que persistem desafios à liberdade e independência dos meios de comunicação social na UE;

Or. en

Alteração 348
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando Y-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Y-A. Considerando que, em 2023, poucos dias após a mudança de governo, ocorreu uma situação escandalosa e sem precedentes na Polónia, que implicou a suspensão dos sinais de radiodifusão televisiva e radiofónica e a aquisição forçada dos meios de comunicação social públicos, em violação do direito estatutário, incluindo o despedimento de jornalistas, que teve a aceitação tácita das instituições da UE, revelando assim o cinismo e a hipocrisia na aplicação das normas declaradas em matéria de liberdade dos meios de comunicação social e de Estado de direito;

Or. en

Alteração 349

Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando Y-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Y-A. Considerando que o Parlamento Europeu realizou uma audição sobre repressão transnacional, durante a qual foram apresentadas provas de intimidação, vigilância e assédio sistemáticos por parte de autoridades de países terceiros, incluindo intervenientes ligados à Turquia, visando jornalistas, defensores dos direitos humanos, opositores políticos e membros de comunidades da diáspora residentes na União; que tais práticas constituem uma grave ameaça para os direitos fundamentais, as liberdades democráticas e o Estado de direito na UE;

Or. en

Alteração 350
Petras Auštrevičius, Dainius Žalimas, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Helmut Brandstätter

Proposta de resolução
Considerando Y-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Y-A. Considerando que os prestadores de serviço público de comunicação social desempenham um papel fundamental para garantir o acesso a informações imparciais, salvaguardar o pluralismo, escrutinar quem está no poder e responsabilizar as autoridades públicas, combater a desinformação e permitir uma participação democrática informada; que estas funções só podem ser efetivamente desempenhadas, se estiver plenamente garantida a independência institucional e

editorial do organismo de radiodifusão de serviço público;

Or. en

Alteração 351
Petras Auštrevičius, Dainius Žalimas, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Helmut Brandstätter

Proposta de resolução
Considerando Y-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Y-B. Considerando que a experiência em vários Estados-Membros, e em todo o mundo, demonstra que as tentativas de controlar os serviços públicos de comunicação social podem constituir um passo inicial em direção a um maior retrocesso democrático;

Or. en

Alteração 352
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando Z-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Z-A. Considerando que a reforma da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) conduziu a cortes drásticos numa rede de meios de comunicação social, verificadores de factos e organizações da sociedade civil, conduzindo à sua dissolução; que tal está em consonância com a nova política externa comercial dos EUA; que a Europa enfrenta agora as consequências de ter subcontratado uma parte da nossa viabilidade democrática

	aos parceiros internacionais e aos países vizinhos; que a União Europeia se intensificou para colmatar algumas das lacunas deixadas até ao final da USAID; que, no entanto, é necessário dar prioridade ao apoio e centrar-se nos que têm maior impacto para a população; que o financiamento deve também incluir o chamado financiamento de base, a fim de assegurar os requisitos mínimos de funcionamento;

Or. en

Alteração 353
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando AA

Proposta de resolução	*Alteração*
AA. Considerando que o trabalho da Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) se reveste de um interesse estratégico para a UE; que a UE aprovou um financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para este trabalho, na sequência da reforma da política de ajuda externa dos EUA; que é necessário conceber uma solução de financiamento sustentável para a RFE/RL;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 354
Petar Volgin, Christine Anderson

Proposta de resolução
Considerando AA

Proposta de resolução	*Alteração*
AA. ***Considerando que o trabalho da***	AA. que a UE aprovou um

Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) se reveste de um interesse estratégico para a UE; que a UE aprovou um financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para ***este trabalho, na sequência da reforma da política de ajuda externa dos EUA***; ***que é necessário conceber uma solução de financiamento sustentável para a RFE/RL;***

financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para ***a Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL)***;

Or. en

Alteração 355
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AA

Proposta de resolução	*Alteração*
AA. Considerando que o trabalho da Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) se reveste de um interesse estratégico para a UE; que a UE aprovou um financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para este trabalho, na sequência da reforma da política de ajuda externa dos EUA; que é necessário conceber uma solução de financiamento sustentável para a RFE/RL;	AA. Considerando que o trabalho da Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) se reveste de um interesse estratégico para a UE; que a UE aprovou um financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para este trabalho, na sequência da reforma da política de ajuda externa dos EUA; que é necessário conceber uma solução de financiamento sustentável para a RFE/RL***, bem como para outros meios de comunicação social essenciais para reforçar a soberania e as aspirações democráticas nos países vizinhos, como a Belsat TV, a Radio Racja e a Charter 97***;

Or. en

Alteração 356
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AA

Proposta de resolução	*Alteração*
AA. Considerando que o trabalho da Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) se reveste de um interesse estratégico para a UE; que a UE aprovou um financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para este trabalho, na sequência da reforma da política de ajuda externa dos EUA; que é necessário conceber uma solução de financiamento sustentável para a RFE/RL;	AA. Considerando que o trabalho da Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL) se reveste de um interesse estratégico para a UE; que a UE aprovou um financiamento de emergência de 5,5 milhões de EUR para este trabalho, na sequência da reforma da política de ajuda externa dos EUA; que é necessário conceber uma solução de financiamento sustentável para a RFE/RL; ***que a RFE/RL foi única na extensão da sua cobertura linguística;***

Or. en

Alteração 357
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AB

Proposta de resolução	*Alteração*
AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas;	AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas; ***que o que é considerado ilegal fora de linha deve ser considerado ilegal em linha. que qualquer usurpação de identidade dos meios de comunicação social existentes constitui uma usurpação de identidade e deve ser tratada como tal pelas autoridades judiciais;***

Or. en

Alteração 358
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AB

Proposta de resolução	*Alteração*
AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas;	AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes ***(campanhas «doppelgänger»)***, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas; ***que as campanhas de desinformação do tipo «doppelgänger» personalizam e exploram a propriedade intelectual, a credibilidade e a familiaridade dos meios de comunicação social existentes;***

Or. en

Alteração 359
Konstantinos Arvanitis, Danilo Della Valle, Jonas Sjöstedt, Li Andersson

Proposta de resolução
Considerando AB

Proposta de resolução	*Alteração*
AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas;	AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas; ***que a profissão jornalística é particularmente***

vulnerável a ser alvo de operações de vigilância, tanto estrangeiras como nacionais;

Or. en

Alteração 360
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AB

Proposta de resolução	*Alteração*
AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas;	AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas; ***que é necessário determinar se os resumos gerados pela IA que contêm conteúdos jornalísticos estão em conformidade com o direito da UE;***

Or. en

Alteração 361
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AB

Proposta de resolução	*Alteração*
AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a	AB. Considerando que as novas tecnologias, como a IA, podem melhorar as condições e os métodos de trabalho jornalísticos, mas que, por outro lado, também podem expor os jornalistas a

novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas;	novas ameaças, nomeadamente a falsificação rápida e barata de meios de comunicação ***credíveis*** existentes, a criação massiva de órgãos de desinformação e ataques coordenados contra jornalistas;

Or. en

Alteração 362
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AB-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AB a. Considerando que a evolução dos serviços de monetização das plataformas levou a que os editores e criadores de conteúdos fossem privados da propriedade e do controlo do inventário publicitário associado aos seus conteúdos; que as condições injustas de monetização das plataformas podem permitir a venda de publicidade contra esses conteúdos sem o consentimento dos criadores ou uma remuneração equitativa, comprometendo assim a previsibilidade das receitas e a sustentabilidade dos meios de comunicação social independentes e de interesse público e dos criadores de conteúdos autênticos, bem como colocando potencialmente os meios de comunicação social e os criadores de conteúdos autênticos em risco de colocarem anúncios juntamente com os seus conteúdos que não estejam em consonância com os seus valores ou que possam prejudicar a sua própria credibilidade por associação;

Or. en

Alteração 363

Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AC

Proposta de resolução	*Alteração*
AC. Considerando que a atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia ilustra o papel fundamental que a sociedade civil desempenha quando as comunidades vivem situações de crise, sobretudo quando é necessário prestar ajuda humanitária, satisfazer as necessidades básicas e garantir a continuação da vida quotidiana das populações afetadas;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 364
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AC

Proposta de resolução	*Alteração*
AC. Considerando que a atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia ilustra o papel fundamental que a sociedade civil desempenha quando as comunidades vivem situações de crise, sobretudo quando é necessário prestar ajuda humanitária, satisfazer as necessidades básicas e garantir a continuação da vida quotidiana das populações afetadas;	AC. Considerando que a atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia ilustra o papel fundamental que a sociedade civil desempenha quando as comunidades vivem situações de crise, sobretudo ***no que respeita a uma resposta adequada a ameaças, incluindo as que dizem respeito a sabotagem e espionagem,*** quando é necessário prestar ajuda humanitária, satisfazer as necessidades básicas e garantir a continuação da vida quotidiana das populações afetadas;

Or. en

Alteração 365
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AC-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AC-A. Considerando que o material de supervisão pública suscitou preocupações quanto ao facto de determinados quadros de orientação em matéria de luta contra o terrorismo/«conteúdos limite» apoiados pela UE terem tratado categorias amplas de discursos políticos lícitos — incluindo «retórica populista», conteúdos «antigovernamentais/anti-UE», «sátira política» e «subcultura meme» — como categorias suspeitas de desclassificação ou restrição, o que pode confundir a contestação democrática lícita com ameaças à segurança e comprometer a proteção prevista no artigo 11.º da Carta;

Or. en

Alteração 366
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AC-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AC-A. Considerando que as autoridades locais desempenham um papel essencial na elaboração de políticas e na prestação de serviços sociais e comunitários, na sensibilização para os principais desafios societais, na deteção de interferências maliciosas em comunidades restritas e no aumento da resiliência da sociedade;

Or. en

Alteração 367

Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AC-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AC-A. Considerando que os ataques em curso da Administração Trump à sociedade civil e aos funcionários responsáveis pela aplicação do RSD ameaçam o cerne da integridade democrática e da autonomia regulamentar da UE;

Or. en

Alteração 368
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron

Proposta de resolução
Considerando AD

Proposta de resolução	*Alteração*
AD. Considerando que o contributo da sociedade civil é também essencial para a elaboração de políticas, a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;	AD. Considerando que o contributo da sociedade civil é também essencial para a elaboração de políticas, a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos; ***que existe uma fronteira ténue entre as atividades de utilidade pública das organizações da sociedade civil e as atividades destinadas a manipular a opinião pública e as eleições, a fim de influenciar as eleições e o estado de espírito sociopolítico na sociedade, incluindo a propagação da desinformação, a exploração do pânico e do contágio social em massa e a manipulação psicológica; que algumas organizações da sociedade civil se concentram especificamente em***

influenciar as eleições e o estado de espírito político na sociedade e podem ser fortemente financiadas diretamente ou através de uma cadeia de entidades, muitas vezes provenientes de países terceiros;

Or. en

Alteração 369
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AD

Proposta de resolução	*Alteração*
AD. Considerando que o contributo da sociedade civil é também essencial para a elaboração de políticas, a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;	AD. Considerando que o contributo da sociedade civil é também essencial para a elaboração de políticas, ***ações patrióticas,*** a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes ***e a melhoria da resiliência, que se deve traduzir na prontidão dos cidadãos para servir e participar, sob diversas formas, no apoio da segurança do Estado***, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;

Or. en

Alteração 370
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Birgit Sippel, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando AD

Proposta de resolução	*Alteração*
AD. Considerando que o contributo da sociedade civil é também essencial para a	AD. Considerando que o contributo da sociedade civil é também essencial para a

elaboração de políticas, a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;	elaboração de políticas, a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos ***e a garantia de que os governos continuem a ser transparentes e responsáveis através do escrutínio público e do controlo democrático***; ***;***

Or. en

Alteração 371
Fabrice Leggeri, Virginie Joron, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando AD

Proposta de resolução	*Alteração*
AD. Considerando que ***o contributo da*** sociedade civil ***é também essencial*** para ***a elaboração de políticas,*** a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;	AD. Considerando que ***a*** sociedade civil também ***contribui*** para a prestação de serviços sociais e comunitários, a sensibilização para questões sociais importantes, a representação dos diversos grupos em circunstâncias vulneráveis e a promoção e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos;

Or. en

Alteração 372
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando AD-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AD a. Considerando que algumas ONG, apesar de não terem mandato eleitoral nos processos democráticos, exercem uma

influência significativa na tomada de decisões da União, ao mesmo tempo que recebem um financiamento substancial da UE; que, muitas vezes, os cidadãos e os deputados ao Parlamento apenas têm acesso parcial aos contratos pertinentes, o que compromete a responsabilização pela utilização do dinheiro dos contribuintes;

Or. en

Alteração 373
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando AD-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AD b. Considerando que o Tribunal de Contas Europeu identificou graves deficiências em matéria de transparência, classificação e supervisão desse financiamento, incluindo atividades de sensibilização não divulgadas e controlos inadequados da dependência financeira;

Or. en

Alteração 374
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AE

Proposta de resolução	*Alteração*
AE. Considerando que a Comissão publicou a Estratégia da UE para a Sociedade Civil, que ***deverá*** complementar as ações estabelecidas na comunicação conjunta sobre o Escudo Europeu da Democracia; que a Estratégia da UE para a Sociedade Civil confirma que a Plataforma da Sociedade Civil — que, tal como	AE. Considerando que a Comissão publicou a Estratégia da UE para a Sociedade Civil, que ***procura*** complementar as ações estabelecidas na comunicação conjunta sobre o Escudo Europeu da Democracia; que a Estratégia da UE para a Sociedade Civil confirma que a Plataforma da Sociedade Civil — que, tal

anunciado pela Comissão, será criada como parte da execução da estratégia — terá por objetivo proporcionar um quadro regular e estruturado para a proteção e promoção dos valores da UE***, simplificando e reforçando o envolvimento em matéria de direitos fundamentais, democracia, igualdade e Estado de direito, e entrará em funcionamento em 2026***; que a ***estratégia inclui ainda a*** criação ***de uma plataforma de conhecimentos em linha sobre o espaço cívico, que deverá documentar as iniciativas de monitorização do espaço cívico, os relatórios e os recursos de proteção existentes, a nível nacional, da UE e internacional, em cooperação com a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia***;	como anunciado pela Comissão, será criada como parte da execução da estratégia — terá por objetivo proporcionar um quadro regular e estruturado para a proteção e promoção dos valores da UE; que a criação ***desses quadros de orientação centralizada suscita preocupações legítimas no que respeita à neutralidade política, à responsabilização democrática e ao respeito pelos Tratados, e que existem sérias preocupações de que a aplicação da estratégia conduza, de facto, a restrições excessivas à liberdade de expressão e ao direito de receber e transmitir informações, abrindo a porta à institucionalização do controlo de conteúdos e do mecanismo de «avaliação da verdade», nomeadamente através da subcontratação da avaliação de conteúdos a entidades financiadas pela Comissão, que atuariam efetivamente como árbitros de discursos admissíveis para determinar o que é e o que não é verdade, o que constitui desinformação, o que é considerado admissível, transferindo assim decisões sensíveis de instituições democraticamente responsáveis para intervenientes externos e resultando na expansão gradual da influência da Comissão para além das competências que lhe são conferidas pelos Tratados e pela ordem jurídica***;
	Or. en

Alteração 375
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AE

Proposta de resolução	*Alteração*
AE. Considerando que a Comissão publicou a Estratégia da UE para a Sociedade Civil, que deverá complementar as ações estabelecidas na comunicação	AE. Considerando que a Comissão***, que deveria ter apenas um papel de apoio,*** publicou a Estratégia da UE para a Sociedade Civil, que deverá complementar

conjunta sobre o Escudo Europeu da Democracia; que a Estratégia da UE para a Sociedade Civil confirma que a Plataforma da Sociedade Civil — que, tal como anunciado pela Comissão, será criada como parte da execução da estratégia — terá por objetivo proporcionar um quadro regular e estruturado para a proteção e promoção dos valores da UE, simplificando e reforçando o envolvimento em matéria de direitos fundamentais, democracia, igualdade e Estado de direito, e entrará em funcionamento em 2026; que a estratégia inclui ainda a criação de uma plataforma de conhecimentos em linha sobre o espaço cívico, que deverá documentar as iniciativas de monitorização do espaço cívico, os relatórios e os recursos de proteção existentes, a nível nacional, da UE e internacional, em cooperação com a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia;	as ações estabelecidas na comunicação conjunta sobre o Escudo Europeu da Democracia; que a Estratégia da UE para a Sociedade Civil confirma que a Plataforma da Sociedade Civil — que, tal como anunciado pela Comissão, será criada como parte da execução da estratégia — terá por objetivo proporcionar um quadro regular e estruturado para a proteção e promoção dos valores da UE, simplificando e reforçando o envolvimento em matéria de direitos fundamentais, democracia, igualdade e Estado de direito, e entrará em funcionamento em 2026; que a estratégia inclui ainda a criação de uma plataforma de conhecimentos em linha sobre o espaço cívico, que deverá documentar as iniciativas de monitorização do espaço cívico, os relatórios e os recursos de proteção existentes, a nível nacional, da UE e internacional, em cooperação com a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia;

Or. en

Alteração 376
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AE-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE a. Considerando que o Parlamento manifestou a sua profunda preocupação com a redução do espaço cívico e o aumento da perseguição das organizações da sociedade civil na UE e observou que estes grupos enfrentam uma série de ameaças, incluindo restrições jurídicas e financeiras, suspensões do financiamento, campanhas de difamação, intimidação e criminalização;

Or. en

Alteração 377
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AE-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE a. Considerando que as instituições da União, incluindo a Comissão, devem manter a neutralidade política ao apoiarem a sociedade civil, os meios de comunicação social ou as iniciativas de comunicação pública e devem evitar a perceção ou a realidade de moldar os debates políticos nacionais através de financiamento específico ou de apoio à defesa de causas;

Or. en

Alteração 378
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AE-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE-B. Considerando que o apoio financeiro de países terceiros a estruturas religiosas, educativas e de defesa de causas na União pode criar dependências e canais de influência que, embora muitas vezes lícitos, justificam a transparência e o controlo no contexto da resiliência contra a ingerência estrangeira; que esses riscos podem surgir em relação a fluxos de financiamento provenientes dos Estados do Golfo e de outros intervenientes externos;

Or. en

Alteração 379
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AE-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE-C. Considerando que os mecanismos de financiamento público, incluindo os geridos pelas instituições da União, podem moldar involuntariamente o panorama dos meios de comunicação social e da sociedade civil, influenciando os incentivos, as prioridades ou as estruturas de dependência; que a manutenção do pluralismo exige transparência, equilíbrio e neutralidade institucional na afetação desse apoio;

Or. en

Alteração 380
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AE-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE-D. Considerando que o financiamento público pelas instituições da União pode influenciar os incentivos nos meios de comunicação social e no panorama da sociedade civil; que a transparência, a neutralidade e o pluralismo devem, por conseguinte, ser assegurados para evitar a dependência estrutural ou a influência indireta no discurso democrático;

Or. en

Alteração 381
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AE-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE-E. Considerando que as próprias instituições da União participam no ambiente de informação através da comunicação pública, de programas de financiamento, de campanhas de sensibilização e de iniciativas de mensagens estratégicas; que essas atividades exigem uma neutralidade, transparência e proporcionalidade rigorosas, a fim de evitar perceções de alinhamento institucional com narrativas políticas específicas;

Or. en

Alteração 382
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AE-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AE-F. Considerando que as organizações confessionais, as igrejas e as comunidades religiosas são parte integrante da sociedade civil europeia e da coesão social; que não devem ser objeto de tratamento discriminatório, escrutínio reforçado ou exclusão da participação pública apenas com base nas suas convicções religiosas ou filosóficas;

Or. en

Alteração 383
Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução

Considerando AF

Proposta de resolução	*Alteração*
AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com um orçamento previsto de 9 mil milhões de EUR;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 384
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AF

Proposta de resolução	*Alteração*
AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com um orçamento previsto de 9 mil milhões de EUR;	AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com um orçamento previsto de 9 mil milhões de EUR; ***que a Comissão não pode substituir os Estados-Membros ou as suas instituições neste domínio; que, à luz dos recentes escândalos e críticas sobre a prática da Comissão de financiar organizações não governamentais com o objetivo de exercer pressão a favor de políticas controversas promovidas pela própria Comissão, considera que esse financiamento deve ser sujeito a um controlo mais rigoroso e a total transparência;***

Or. en

Alteração 385
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AF

Proposta de resolução	*Alteração*
AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com ***um*** orçamento ***previsto*** de 9 mil milhões de EUR;	AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com ***uma proposta de*** orçamento de 9 mil milhões de EUR; ***que o financiamento da resiliência democrática deve ser aumentado para corresponder às necessidades e deve ser gasto estrategicamente de forma coordenada, com o objetivo de maximizar o impacto; que é essencial que tal seja feito preservando, comprovadamente, a independência das entidades financiadas;***

Or. en

Alteração 386
Tomáš Zdechovský, Dan-Ştefan Motreanu, Lukas Mandl, Sandra Kalniete, Marta Wcisło, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev

Proposta de resolução
Considerando AF

Proposta de resolução	*Alteração*
AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com ***um*** orçamento ***previsto*** de 9 mil milhões de	AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com ***uma proposta de*** orçamento de 9 mil milhões de

EUR;	EUR; ***que o financiamento da resiliência democrática deve ser aumentado para corresponder às necessidades e deve ser gasto estrategicamente de forma coordenada, com o objetivo de maximizar o impacto;***

Or. en

Alteração 387
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AF

Proposta de resolução	*Alteração*
AF. Considerando que o programa AgoraEU — proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034 — ***constitui um passo importante no sentido de reforçar o apoio*** da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com ***um orçamento previsto*** de 9 mil milhões de EUR;	AF. Considerando que o programa AgoraEU***, conforme*** proposto pela Comissão para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2028-2034***, afetaria financiamento significativo*** da UE à cultura, aos meios de comunicação social e à sociedade civil, com ***uma dotação financeira indicativa*** de 9 mil milhões de EUR; ***que a dimensão e os objetivos deste programa proposto deram origem a um debate em curso no Parlamento Europeu;***

Or. en

Alteração 388
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando AF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AF-A. Considerando que as sociedades com os investimentos mais eficazes em capital humano e educação estão também entre as mais competitivas, resilientes e economicamente sólidas; que, através da

mobilidade e da educação inclusiva, o Erasmus+, enquanto programa emblemático da Europa que partilha os valores europeus, reforçou a participação democrática dos jovens e a resiliência da sociedade em toda a UE;

Or. en

Alteração 389
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AF-A. Considerando que os formatos de «participação dos cidadãos» e «participativos» financiados pela UE, incluindo assembleias, seminários e estruturas de consulta mediadas por ONG, não devem ser utilizados para simular o consentimento ou contornar a responsabilização eleitoral; que a legitimidade da tomada de decisões democráticas assenta principalmente nas instituições representativas e nas eleições;

Or. en

Alteração 390
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AF-A. Considerando que os compromissos de financiamento articulados no Escudo Europeu da Democracia devem ser assumidos e executados no âmbito do QFP; que, se os

compromissos assumidos no âmbito do Escudo da Democracia não forem adequadamente financiados no âmbito do QFP, o Escudo não cumprirá o seu objetivo;

Or. en

Alteração 391
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando AF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AF-A. Considerando que o financiamento da União relacionado com a democracia, os meios de comunicação social e as ONG está atualmente disperso por múltiplos instrumentos e organismos de execução, o que dificulta uma supervisão abrangente e limita o escrutínio público;

Or. en

Alteração 392
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AG

Proposta de resolução	*Alteração*
AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom	***Suprimido***

funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;

Or. en

Alteração 393
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando AG

Proposta de resolução	*Alteração*
AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;	AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte***; que, num ambiente geopolítico cada vez mais volátil, a União deve também estar preparada para ameaças híbridas com origem fora destes intervenientes***; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de

testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;

Or. en

Alteração 394
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AG

Proposta de resolução	*Alteração*
AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;	AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE; ***que tais ataques demonstram a necessidade de colmatar urgentemente as vulnerabilidades;***

Or. en

Alteração 395
Saskia Bricmont, Sandro Ruotolo, Krzysztof Brejza, Veronika Cifrová Ostrihoňová, Raquel García Hermida-Van Der Walle, Lucia Yar, Diana Riba i Giner, Hannah Neumann, Chloé Ridel, Leoluca Orlando

Proposta de resolução
Considerando AG

Proposta de resolução	*Alteração*
AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;	AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE; ***que tais ataques demonstram a necessidade de colmatar urgentemente as vulnerabilidades;***

Or. en

Alteração 396
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AG

Proposta de resolução	*Alteração*
AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a	AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados ***de países terceiros*** implicados são sempre os

Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações ***indispensáveis*** ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;	mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações ***estratégicas e críticas*** ao bom funcionamento da sociedade ***moderna***, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a segurança e a resiliência social da UE;

Or. en

Alteração 397
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AG

Proposta de resolução	*Alteração*
AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a	AG. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas na UE são agora mais frequentes do que nunca, verificando-se incidentes em que os intervenientes mal-intencionados implicados são sempre os mesmos: a Rússia, ***a Bielorrússia,*** a China, mas também o Irão e a Coreia do Norte; que estes ataques visam frequentemente sistemas, redes e instalações indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade, nomeadamente a segurança pública e a estabilidade económica; que tais ataques assumem uma variedade de formas — designadamente, sabotagem física, ataques de fogo posto, espionagem e interferência em sinais, ciberataques e atividades «na zona cinzenta» —, todas elas reveladoras de um esforço coordenado com o intuito de testar, perturbar e comprometer a

segurança e a resiliência social da UE;	segurança e a resiliência social da UE;

Or. en

Alteração 398
Stefano Cavedagna

Proposta de resolução
Considerando AG-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AG-A. Considerando que a proteção dos principais pontos de estrangulamento marítimos, energéticos e digitais, como o estreito de Suez e o estreito de Malaca, bem como dos corredores de cabos e gasodutos submarinos, constitui uma dimensão essencial da resiliência democrática, uma vez que os ataques híbridos contra esses nós podem resultar em graves perturbações económicas, sociais e de segurança;

Or. en

Alteração 399
Vasile Dîncu

Proposta de resolução
Considerando AG-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AG-A. Considerando que os ataques híbridos contra infraestruturas críticas, instituições democráticas e coesão social demonstram que a proteção da democracia constitui um bem público europeu; que essa proteção deve beneficiar todos os Estados-Membros da mesma forma, independentemente da dimensão, da geografia ou da perceção das ameaças;

Or. en

Alteração 400
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando AG-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AG-A. Considerando que os países terceiros expressam frequentemente reivindicações irredentistas e ameaçam o uso da força contra os Estados-Membros;

Or. en

Alteração 401
Danilo Della Valle

Proposta de resolução
Considerando AH

Proposta de resolução	*Alteração*
AH. Considerando que ***o mar Báltico foi palco de*** um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica***; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se trate de*** uma sabotagem concertada;	AH. Considerando que ***surgiu uma narrativa nos últimos anos de que*** um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos ***no mar Báltico***, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica ***e imputando essas perturbações a*** uma sabotagem coordenada; ***que os dados apresentados nas sessões plenárias de 2024 e 2025 do Comité Internacional de Proteção dos Cabos contradizem esta narrativa, mostrando que não houve um aumento do número de avaria dos cabos submarinos em todo o mundo nos últimos 11 anos, considerando que um aumento da taxa de avarias no mar Báltico «dificilmente tem significado estatístico, tendo em conta o baixo número de falhas», e imputando a maioria das***

avarias dos cabos submarinos a causas rotineiras, como a pesca, a ancoragem, eventos geológicos ou abrasão; que qualquer possibilidade de sabotagem das infraestruturas é extremamente grave e deve ser investigada; que uma imputação incorreta e zelosa de avarias de rotina resulta em informações incorretas e pode comprometer a eficácia da política de segurança europeia;

Or. en

Alteração 402
Tomas Tobé, Mika Aaltola, Tomáš Zdechovský, Sandra Kalniete, Lena Düpont, Lukas Mandl, Eszter Lakos, Bartłomiej Sienkiewicz, Michał Wawrykiewicz, Ana Miguel Pedro, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev
em nome do Grupo PPE

Proposta de resolução
Considerando AH

Proposta de resolução	*Alteração*
AH. Considerando que o mar Báltico foi palco de um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se trate de uma sabotagem concertada;	AH. Considerando que o mar Báltico foi palco de um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se trate de uma sabotagem concertada; ***que o Ato Redes Digitais propõe obrigações vinculativas em matéria de resiliência a nível da UE para os operadores de cabos submarinos, incluindo o cumprimento obrigatório dos requisitos de segurança da cadeia de abastecimento das TIC ao abrigo da proposta de revisão do Regulamento Cibersegurança;***

Or. en

Alteração 403
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AH

Proposta de resolução	*Alteração*
AH. Considerando que o mar Báltico foi palco de um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se trate de uma sabotagem concertada;	AH. Considerando que o mar Báltico foi palco de um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se trate de uma sabotagem concertada; ***que a presença de navios russos nas águas irlandesas aumentou consideravelmente desde o início da guerra na Ucrânia, suscitando preocupações quanto à segurança dos importantes cabos de interligação entre a Irlanda e o Reino Unido;***

Or. en

Alteração 404
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AH

Proposta de resolução	*Alteração*
AH. Considerando que o mar Báltico foi palco de um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se	AH. Considerando que o mar Báltico foi palco de um aumento sem precedentes do número de perturbações nos cabos submarinos, que são de importância vital para a conectividade à Internet e o fornecimento de energia em toda a região báltica e nórdica; que, desde 2023, foram registados pelo menos 11 casos de danificação de cabos, o que sugere que se

trate de uma sabotagem concertada;	trate de uma sabotagem concertada; ***que a Finlândia lidera a criação de um novo centro de vigilância marítima do mar Báltico, juntamente com os aliados bálticos e a Comissão, destinado a proteger as infraestruturas submarinas críticas;***

Or. en

Alteração 405
Danilo Della Valle, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando AI

Proposta de resolução	*Alteração*
AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram ***inequivocamente*** imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação ***— embora existam fortes suspeitas de fazerem parte do mesmo*** padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa;	AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação***; que estes avistamentos contribuíram para o surgimento de uma narrativa que alega um*** padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa; ***que uma investigação de mais de 60 incidentes deste tipo, realizada pelo jornal neerlandês Trouw, revelou que muitos eram falsos positivos, em que veículos aéreos benignos e fenómenos foram incorretamente identificados como drones; que os avistamentos perto do aeroporto de Zaventem, na Bélgica, em novembro de 2025, receberam informações sensoriais e foram falsamente considerados drones russos***

pelas autoridades belgas, mas foram revelados, na sequência de uma investigação do organismo público de radiodifusão flamengo VRT, como sendo um helicóptero da polícia belga e um avião de carga DHL à aterragem; que as eventuais ameaças à segurança dos aeroportos europeus são graves e devem ser investigadas; que a falta de prudência na comunicação de tais incidentes pode conduzir a uma imputação incorreta, à inflação das ameaças e à propagação do pânico;

Or. en

Alteração 406
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AI

Proposta de resolução	*Alteração*
AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; ***que vários destes incidentes foram inequivocamente imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação — embora existam fortes suspeitas de fazerem parte do mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa;***	AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega;

Or. en

Alteração 407
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando AI

Proposta de resolução	*Alteração*
AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram inequivocamente imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação — embora existam fortes suspeitas de fazerem parte do mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa;	AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram inequivocamente imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação — embora existam fortes suspeitas de fazerem parte do mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa; ***que Chipre e a Grécia também sofreram violações semelhantes, envolvendo aeronaves e drones atribuídos à Turquia;***

Or. en

Alteração 408
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AI

Proposta de resolução	*Alteração*
AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na	AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na

Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram inequivocamente imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, ***continuam sob investigação — embora existam fortes suspeitas de fazerem*** parte do mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa;	Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram inequivocamente imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, ***incluindo os denominados «balões de contrabando» utilizados para atividades ilícitas transfronteiras, fazem*** parte do mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa ***e concretizada pelos serviços da Russia e da Bielorrússia***;

Or. en

Alteração 409
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AI

Proposta de resolução	*Alteração*
AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram ***inequivocamente*** imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação — embora existam fortes suspeitas ***de fazerem parte do*** mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa;	AI. Considerando que, nos últimos meses, foram notificadas múltiplas violações do espaço aéreo e incursões de drones não autorizadas em vários Estados-Membros e aliados da NATO vizinhos da UE, nomeadamente na Polónia, nos Estados bálticos, na Roménia, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Bélgica e na Noruega; que vários destes incidentes foram imputados a aeronaves militares e drones russos, ao passo que outros incidentes, que envolvem objetos aéreos não identificados, continuam sob investigação — embora existam fortes suspeitas***, tendo por base as informações publicamente disponíveis e as investigações em curso, de seguirem o*** mesmo padrão de intimidação híbrida e de desestabilização dirigida contra a Europa;

Or. en

Alteração 410
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AI-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AI a. Considerando que, às portas da UE, o regime de Lukashenko na Bielorrússia continua, há décadas, a reforçar o seu controlo sobre uma nação pacífica, reprimindo brutalmente as aspirações do povo bielorrusso a uma vida democrática e próspera; que se tornou refém de Putin, sendo seu instrumento, mantendo o seu poder através da repressão, da tortura e da russificação forçada, atuando simultaneamente como cúmplice na agressão da Rússia contra a Ucrânia e na guerra híbrida contra o Ocidente;

Or. en

Alteração 411
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando AJ

Proposta de resolução	*Alteração*
AJ. Considerando que vários países europeus — incluindo a França, a Estónia, a Alemanha, a Chéquia e a Noruega — se viram recentemente confrontados com ciberataques graves contra os seus sistemas governamentais, infraestruturas críticas e empresas privadas, imputados aos serviços de informações militares da Rússia e a agentes ligados ao Estado chinês; que todos estes ataques atestam a necessidade premente de reforçar a ciber-resiliência coletiva da UE e as suas capacidades de atribuição da autoria dos ciberataques;	AJ. Considerando que vários países europeus — incluindo a França, a Estónia, a Alemanha, a Chéquia e a Noruega — se viram recentemente confrontados com ciberataques graves contra os seus sistemas governamentais, infraestruturas críticas e empresas privadas, imputados ***em números significativos*** aos ***serviços de informações hostis de países terceiros e a intervenientes ligados ao Estados, incluindo*** serviços de informações militares da Rússia e a agentes ligados ao Estado chinês; que todos estes ataques atestam a necessidade premente de reforçar

	a ciber-resiliência coletiva da UE ***e dos Estados-Membros*** e as suas capacidades de atribuição da autoria dos ciberataques;

Or. en

Alteração 412
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AJ

Proposta de resolução	*Alteração*
AJ. Considerando que vários países europeus — incluindo a França, a Estónia, a Alemanha, a Chéquia e a Noruega — se viram recentemente confrontados com ciberataques graves contra os seus sistemas governamentais, infraestruturas críticas e empresas privadas, imputados aos serviços de informações militares da Rússia e a agentes ligados ao Estado chinês; que todos estes ataques atestam a necessidade premente de reforçar a ciber-resiliência coletiva da UE e as suas capacidades de atribuição da autoria dos ciberataques;	AJ. Considerando que vários países europeus — incluindo ***a Polónia,*** a França, a Estónia, a Alemanha, a Chéquia e a Noruega — se viram recentemente confrontados com ciberataques graves contra os seus sistemas governamentais, infraestruturas críticas e empresas privadas, imputados aos serviços de informações militares da Rússia e a agentes ligados ao Estado chinês; que todos estes ataques atestam a necessidade premente de reforçar a ciber-resiliência coletiva da UE e as suas capacidades de atribuição da autoria dos ciberataques;

Or. en

Alteração 413
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AK

Proposta de resolução	*Alteração*
AK. Considerando que a dependência da UE de intervenientes estrangeiros e de tecnologias de fabrico estrangeiro em infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento continua a constituir motivo de grande preocupação e é uma das	AK. Considerando que a dependência da UE de intervenientes estrangeiros e de tecnologias de fabrico estrangeiro***, produzidas em países que não são membros da NATO e que não pertencem ao grupo de parceiros que partilham as***

vulnerabilidades mais alarmantes da UE; que isto é particularmente prevalecente nos setores tecnológico e digital, o que constitui a principal dificuldade da cibersegurança;	***mesmas ideias, como o Japão e a Coreia do Sul,*** em infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento continua a constituir motivo de grande preocupação e é uma das vulnerabilidades mais alarmantes da UE; que isto é particularmente prevalecente nos setores tecnológico e digital, o que constitui a principal dificuldade da cibersegurança;

Or. en

Alteração 414
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando AK

Proposta de resolução	*Alteração*
AK. Considerando que a dependência da UE de intervenientes ***estrangeiros*** e de tecnologias de fabrico ***estrangeiro*** em infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento continua a constituir motivo de grande preocupação e é uma das vulnerabilidades mais alarmantes da UE; que isto é particularmente prevalecente nos setores tecnológico e digital, o que constitui a principal dificuldade da cibersegurança;	AK. Considerando que a dependência da UE de intervenientes ***de países terceiros*** e de tecnologias de fabrico ***em países terceiros*** em infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento***, incluindo a proveniência de matérias-primas de países terceiros,*** continua a constituir motivo de grande preocupação e é uma das vulnerabilidades mais alarmantes da UE; que isto é particularmente prevalecente nos setores tecnológico e digital, o que constitui a principal dificuldade da cibersegurança;

Or. en

Alteração 415
Christophe Gomart

Proposta de resolução
Considerando AK

Proposta de resolução	*Alteração*
AK. Considerando que a dependência da	AK. Considerando que a dependência da

UE de intervenientes estrangeiros e de tecnologias de fabrico estrangeiro em infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento continua a constituir motivo de grande preocupação e é uma das vulnerabilidades mais alarmantes da UE; que isto é particularmente prevalecente nos setores tecnológico e digital, o que constitui a principal dificuldade da cibersegurança;	UE de intervenientes estrangeiros e de tecnologias de fabrico estrangeiro em infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento continua a constituir motivo de grande preocupação e é uma das vulnerabilidades mais alarmantes da UE; que isto é particularmente prevalecente nos setores tecnológico e digital, o que constitui a principal dificuldade da cibersegurança ***e a autonomia estratégica da Europa***;

Or. fr

Alteração 416
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-A. Considerando que a Administração dos EUA demonstrou ser um parceiro pouco fiável, ao passo que a UE continua perigosamente dependente da tecnologia e dos serviços financeiros dos EUA; que a Lei CLOUD («Clarifying Lawful Overseas Use of Data Act») dos Estados Unidos obriga as empresas sediadas nesse país (por exemplo, Microsoft, Google e Amazon) a divulgar dados armazenados em qualquer parte do mundo, incluindo na UE, contrariando assim o RGPD; que a própria Microsoft admitiu no Senado francês que não pode proteger os dados da UE da vigilância dos EUA; que a FISA («Foreign Intelligence Surveillance Act») permite que os serviços de informações dos Estados Unidos recolham informações externas, incluindo dados de cidadãos não americanos armazenados por empresas dos EUA, mesmo que estejam localizados fora dos EUA; que o «Patriot Act» confere às autoridades dos EUA amplos poderes

para aceder a registos eletrónicos, incluindo os detidos por empresas dos EUA no estrangeiro, para fins de segurança nacional; que a UE carece de verdadeiras salvaguardas para proteger os dados europeus da vigilância de um Estado estrangeiro e da espionagem económica;

Or. en

Alteração 417
Tomas Tobé, Mika Aaltola, Tomáš Zdechovský, Sandra Kalniete, Lena Düpont, Lukas Mandl, Bartłomiej Sienkiewicz, Michał Wawrykiewicz, Ana Miguel Pedro, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev
em nome do Grupo PPE

Proposta de resolução
Considerando AK-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-A. Considerando que a Comissão apresentou, em 20 de janeiro de 2026, uma revisão do Regulamento Cibersegurança, propondo requisitos vinculativos para a gestão da segurança da cadeia de abastecimento das TIC em infraestruturas críticas através de avaliações sistemáticas dos riscos e de restrições aos fornecedores de alto risco de países que apresentam elevados riscos de segurança; que este novo quadro vai além do conjunto voluntário de instrumentos de segurança das redes 5G de 2020, propondo obrigações de conformidade obrigatórias para os Estados-Membros;

Or. en

Alteração 418
Stefano Cavedagna

Proposta de resolução

Considerando AK-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-A. Considerando que a execução da iniciativa Prontidão 2030 deve afetar uma parte significativa e claramente identificada dos recursos ao reforço da cibersegurança e da proteção das infraestruturas críticas;

Or. en

Alteração 419
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-B. Considerando que, na sequência dos pedidos da Administração dos EUA, a Microsoft paralisou o Tribunal Penal Internacional (TPI) ao suspender os seus serviços à instituição; que o duopólio mundial nas transações financeiras, Visa e Mastercard, também suspendeu os seus serviços ao pessoal do TPI objeto de sanções; que a UE depende de empresas dos EUA para mais de 80 % dos seus produtos, serviços, infraestruturas e propriedade intelectual; que, em caso de escalada, os EUA têm o poder de «apagar» instantaneamente a economia da UE, suspendendo os serviços digitais; que esta escalada já não é apenas teórica e teria consequências devastadoras para a função pública e a economia europeias;

Or. en

Alteração 420

Tomas Tobé, Mika Aaltola, Sandra Kalniete, Lena Düpont, Lukas Mandl, Eszter Lakos, Bartłomiej Sienkiewicz, Michał Wawrykiewicz, Ana Miguel Pedro, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev
em nome do Grupo PPE

Proposta de resolução
Considerando AK-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-B. Considerando que a proposta de revisão do Regulamento Cibersegurança poderia alargar significativamente o mandato operacional e o orçamento da ENISA em mais de 80 %, a fim de incluir a coordenação de ciberincidentes em tempo real, os sistemas de alerta precoce e a partilha de informações sobre ameaças entre os Estados-Membros;

Or. en

Alteração 421
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-C. Considerando que todos os organismos governamentais federais dos EUA estão sujeitos a requisitos de «compra de produtos americanos», que dão prioridade à aquisição de produtos fabricados nos EUA; que a UE ainda não dispõe de regras semelhantes em matéria de contratos públicos, o que agrava a dependência arriscada de produtos estrangeiros em detrimento das empresas europeias; que, apesar de existirem, em muitos casos, alternativas europeias razoáveis, o Parlamento Europeu e outras instituições da UE continuam a adquirir produtos de «software» e «hardware» fabricados no estrangeiro;

Or. en

Alteração 422
Tomas Tobé, Mika Aaltola, Tomáš Zdechovský, Sandra Kalniete, Lena Düpont, Lukas Mandl, Eszter Lakos, Bartłomiej Sienkiewicz, Michał Wawrykiewicz, Ana Miguel Pedro, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev
em nome do Grupo PPE

Proposta de resolução
Considerando AK-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-C. Considerando que a proposta de revisão do Regulamento Cibersegurança introduz sistemas de certificação da cibersegurança da UE que reforçam a confiança e a segurança em todas as infraestruturas digitais; que uma certificação sólida da cibersegurança, incluindo a certificação em nuvem, é essencial para garantir a integridade e a resiliência dos serviços digitais subjacentes aos processos democráticos;

Or. en

Alteração 423
Tomas Tobé, Mika Aaltola, Tomáš Zdechovský, Sandra Kalniete, Lena Düpont, Lukas Mandl, Eszter Lakos, Bartłomiej Sienkiewicz, Michał Wawrykiewicz, Ana Miguel Pedro, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev
em nome do Grupo PPE

Proposta de resolução
Considerando AK-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-D. Considerando que o Ato Redes Digitais, proposto pela Comissão em 21 de janeiro de 2026, estabelece a supervisão a nível da UE da atribuição de espetro, nomeadamente nas relações com os fornecedores de serviços por satélite, impondo a retirada do direito de fornecer

redes e serviços nos casos em que o fornecedor não esteja a cumprir os requisitos de segurança da cadeia de abastecimento de TIC do Regulamento Cibersegurança; que, entre outras infraestruturas críticas, as infraestruturas eleitorais dependem cada vez mais de redes digitais e de vias de comunicação diversificadas para evitar pontos únicos de falha;

Or. en

Alteração 424
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-D. Considerando que, de acordo com o relatório do Observatório da Europa das Empresas (CEO), os EUA têm exercido ativamente pressão junto da Comissão no sentido de diluir as medidas de luta contra algoritmos especialmente concebidos para criar dependência nas plataformas de redes sociais; que a CISPE («Cloud Infrastructure Service Providers in Europe» — prestadores de serviços de infraestruturas de computação em nuvem na Europa) criticou o Quadro Europeu de Soberania em Nuvem da Comissão pela sua formulação vaga, que é suscetível de favorecer as grandes empresas tecnológicas dos EUA em detrimento das alternativas europeias;

Or. en

Alteração 425
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-E. Considerando que algumas instituições na Europa demonstraram êxito na redução da sua dependência de tecnologia estrangeira através da mudança para produtos e serviços digitais europeus e de fonte aberta, incluindo o Ministério da Defesa austríaco, algumas cidades dinamarquesas, vários municípios alemães e a «Gendarmerie» nacional francesa;

Or. en

Alteração 426
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-F. Considerando que a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA para 2025 implica claramente que é necessária uma «mudança de regime» ou o desmantelamento das estruturas democráticas liberais existentes na UE; que a fuga de documentos e de notícias nos meios de comunicação social sugere que os EUA ponderaram, ou estão a tentar, persuadir quatro Estados-Membros a sair da UE;

Or. en

Alteração 427
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AK-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AK-G. Considerando que os sentimentos antieuropeus estão a aumentar em alguns setores da sociedade dos EUA; que muitos europeus veem cada vez mais os EUA como um aliado, especialmente à luz das ameaças da Administração dos EUA de anexar a Gronelândia; que a deterioração das relações transatlânticas reforça e encoraja os intervenientes mal-intencionados e a sua ingerência na UE e nos EUA;

Or. en

Alteração 428
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando AL

Proposta de resolução	*Alteração*
AL. Considerando que os instrumentos no domínio do direito penal podem contribuir para o Escudo Europeu da Democracia, contanto que as atividades em causa constituam crimes;	AL. Considerando que os instrumentos no domínio do direito penal ***e as medidas de investigação que têm por objetivo detetar uma conduta criminal e prevenir infrações penais*** podem contribuir para o Escudo Europeu da Democracia, contanto que as atividades em causa constituam crimes; ***que é necessário agir de forma coerente com a presunção de inocência e assegurar que os cidadãos da UE não sejam tratados como suspeitos na ausência de motivos razoáveis; que as consequências jurídicas no domínio do direito penal só devem ocorrer quando uma infração penal tiver sido cometida e determinada em conformidade com as garantias processuais; que o Escudo Europeu da Democracia não deve interferir nas competências dos serviços de informações secretas ou dos***

organismos policiais;

Or. en

Alteração 429
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AL

Proposta de resolução	*Alteração*
AL. Considerando que os instrumentos no domínio do direito penal podem contribuir para o Escudo Europeu da Democracia, contanto que as atividades em causa constituam crimes;	AL. Considerando que os instrumentos no domínio do direito penal podem contribuir para o Escudo Europeu da Democracia, contanto que as atividades em causa constituam crimes; ***que as revisões dos mandatos de vários organismos da União anunciadas pela Comissão, incluindo a Europol, a Eurojust e a Procuradoria Europeia, constituem uma oportunidade para reforçar a cooperação operacional, as capacidades de investigação e os instrumentos de execução transfronteiriços, a fim de combater de forma mais eficaz as ameaças híbridas, a manipulação da informação e outras infrações que comprometem os processos democráticos;***

Or. en

Alteração 430
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AL

Proposta de resolução	*Alteração*
AL. Considerando que os instrumentos no domínio do direito penal podem contribuir para o Escudo Europeu da Democracia, contanto que as atividades em	AL. Considerando que os instrumentos no domínio do direito penal podem contribuir para o Escudo Europeu da Democracia, contanto que as atividades em

causa constituam crimes;	causa constituam crimes; ***que os instrumentos de direito penal da UE só podem ser utilizados se existir uma base jurídica clara;***

Or. en

Alteração 431
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AM

Proposta de resolução	*Alteração*
AM. Considerando que os mecanismos de cooperação judiciária e policial e os instrumentos transfronteiriços de intercâmbio de informações devem ser ajustados e reforçados, tendo em conta as dificuldades crescentes provocadas pela ingerência estrangeira na segurança interna da UE;	AM. Considerando que os mecanismos de cooperação judiciária e policial e os instrumentos transfronteiriços de intercâmbio de informações devem ser ajustados e reforçados, tendo em conta as dificuldades crescentes provocadas pela ingerência estrangeira na segurança interna da UE***, respeitando, ao mesmo tempo, o princípio da atribuição de competências, nos termos do artigo 5.º do TUE, e as competências dos Estados-Membros neste domínio***;

Or. en

Alteração 432
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AM

Proposta de resolução	*Alteração*
AM. Considerando que os mecanismos de cooperação judiciária e policial e os instrumentos transfronteiriços de intercâmbio de informações devem ser ajustados e reforçados, tendo em conta as dificuldades crescentes provocadas pela	AM. Considerando que os mecanismos de cooperação judiciária e policial e ***os métodos e tecnologias de investigação modernos, bem como*** os instrumentos transfronteiriços de intercâmbio de informações devem ser ajustados e

ingerência estrangeira na segurança interna da UE;	reforçados, tendo em conta as dificuldades crescentes provocadas pela ingerência estrangeira na segurança interna da UE;

Or. en

Alteração 433
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AM-A. Considerando que os novos métodos de ingerência, como a utilização de criptomoedas, criaram desafios adicionais para as autoridades policiais e judiciais; que exigem formação específica sobre toda a cadeia de valor da manipulação e ingerência, sobre a forma de recolher, aceder, processar, interpretar e armazenar provas digitais para processos judiciais;

Or. en

Alteração 434
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AM-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AM-B. Considerando que a repressão transnacional continua a ser uma questão fundamental, nomeadamente contra jornalistas e ativistas no exílio na UE, desde jornalistas ucranianos, que são alvo de assédio jurídico por parte de representantes russos na UE, às tentativas turcas ou azerbaijanas de silenciar a

oposição; que as respostas à repressão transnacional são dificultadas pela falta de um quadro abrangente e pela fragmentação das respostas nacionais;

Or. en

Alteração 435
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AM-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AM-C. Considerando que a chamada Lei da Desinformação da Turquia funciona efetivamente como um instrumento de propaganda e censura;

Or. en

Alteração 436
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AM-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AM-D. Considerando que as regiões ultraperiféricas da UE e os países e territórios ultramarinos são particularmente vulneráveis à ingerência estrangeira, incluindo a Gronelândia; que quaisquer ações empreendidas para proteger os cidadãos europeus de tais ataques devem ter em devida conta as regiões ultraperiféricas e os territórios ultramarinos da União; que o Azerbaijão multiplicou os seus ataques híbridos contra a Nova Caledónia;

Or. en

Alteração 437
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AN

Proposta de resolução	*Alteração*
AN. Considerando que, na sua última Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada da União Europeia, publicada em março de 2025, a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) alertou para o envolvimento de organizações criminosas em campanhas híbridas; que, na sua comunicação sobre a ProtectEU, a Comissão constata que existem vários fatores que impedem a Europol de explorar todo o seu potencial operacional no apoio às atividades de combate à criminalidade transfronteiriça, nomeadamente o facto de o seu mandato não abranger novas ameaças à segurança, como a sabotagem, as ameaças híbridas e a manipulação da informação;	AN. Considerando que, na sua última Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada da União Europeia, publicada em março de 2025, a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) alertou para o envolvimento de organizações criminosas em campanhas híbridas; que, na sua comunicação sobre a ProtectEU, a Comissão constata que existem vários fatores que impedem a Europol de explorar todo o seu potencial operacional no apoio às atividades de combate à criminalidade transfronteiriça, nomeadamente o facto de o seu mandato não abranger novas ameaças à segurança, como a sabotagem, as ameaças híbridas e a manipulação da informação; ***que, na sua comunicação conjunta de 12 de novembro de 2025, a Comissão indicou a sua intenção de alargar o mandato e as competências da Europol, sem, no entanto, clarificar o âmbito de aplicação, a base jurídica ou as garantias desse alargamento;***

Or. en

Alteração 438
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AN

Proposta de resolução	*Alteração*
AN. Considerando que, na sua última	AN. Considerando que, na sua última

Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada da União Europeia, publicada em março de 2025, a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) alertou para o envolvimento de organizações criminosas em ***campanhas*** híbridas; que, na sua comunicação sobre a ProtectEU, a Comissão constata que existem vários fatores que impedem a Europol de explorar todo o seu potencial operacional no apoio às atividades de combate à criminalidade transfronteiriça, nomeadamente o facto de o seu mandato não abranger novas ameaças à segurança, como a sabotagem, as ameaças híbridas e a manipulação da informação;	Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada da União Europeia, publicada em março de 2025, a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) alertou para o envolvimento de organizações criminosas em ***ameaças*** híbridas***, incluindo campanhas de desinformação***; que, na sua comunicação sobre a ProtectEU, a Comissão constata que existem vários fatores que impedem a Europol de explorar todo o seu potencial operacional no apoio às atividades de combate à criminalidade transfronteiriça, nomeadamente o facto de o seu mandato não abranger novas ameaças à segurança, como a sabotagem, as ameaças híbridas e a manipulação da informação;

Or. en

Alteração 439
Christophe Gomart

Proposta de resolução
Considerando AO

Proposta de resolução	*Alteração*
AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes;	AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes; ***que o aumento e a diversificação das ameaças à segurança interna da UE, incluindo as decorrentes da dark web, exigem um aumento da capacidade orçamental da Europol;***

Or. fr

Alteração 440

Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AO

Proposta de resolução	*Alteração*
AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes;	AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes; ***que qualquer reforma da Europol deve ser acompanhada de salvaguardas sólidas e do pleno respeito pelos direitos fundamentais e não deve servir de pretexto para ingerências indevidas nos direitos dos cidadãos;***

Or. en

Alteração 441
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AO

Proposta de resolução	*Alteração*
AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; ***que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes;***	AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional;

Or. en

Alteração 442
Tomas Tobé, Mika Aaltola, Tomáš Zdechovský, Sandra Kalniete, Lena Düpont, Lukas Mandl, Eszter Lakos, Bartłomiej Sienkiewicz, Michał Wawrykiewicz, Ana Miguel Pedro, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev
em nome do Grupo PPE

Proposta de resolução
Considerando AO

Proposta de resolução	*Alteração*
AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes;	AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes; ***que os ataques à integridade e à segurança da polícia constituem ataques à própria democracia;***

Or. en

Alteração 443
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AO

Proposta de resolução	*Alteração*
AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes;	AO. Considerando que a Comissão se comprometeu a apresentar uma reforma ***que exige o consentimento dos Estados-Membros,*** destinada a transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional; que ***as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, os serviços secretos e*** os agentes de polícia são parceiros fundamentais na salvaguarda das instituições democráticas; que este facto deve ser contemplado de forma mais clara nas políticas pertinentes;

Or. en

Alteração 444
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AP-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AP-A. Considerando que a captura de elites e o suborno continuam a ser uma ameaça fundamental para a democracia europeia; que o Organismo Interinstitucional de Ética destinado aos membros das instituições e dos órgãos consultivos da UE constitui um primeiro passo no sentido de uma melhor responsabilização dos funcionários a nível da UE;

Or. en

Alteração 445
Danilo Della Valle, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando AQ

Proposta de resolução	*Alteração*
AQ. Considerando que as agências da UE com responsabilidades no domínio das fronteiras, da migração e da gestão do asilo — ou seja, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia para o Asilo — assumem, em cooperação com as autoridades nacionais, um papel de relevo na criação e manutenção de um conhecimento situacional comum dos riscos relacionados com a exploração dos fluxos migratórios para fins políticos e na prestação de assistência aos Estados-Membros que, numa situação de crise, se encontram na linha da frente;	***Suprimido***

que a Comissão incluiu o reforço da Frontex entre as suas iniciativas emblemáticas para a legislatura 2024-2029;

Or. en

Alteração 446
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AQ

Proposta de resolução	*Alteração*
AQ. Considerando que as agências da UE com responsabilidades no domínio das fronteiras, da migração e da gestão do asilo — ou seja, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia para o Asilo — assumem, em cooperação com as autoridades nacionais, um papel de relevo na criação e manutenção de um conhecimento situacional comum dos riscos relacionados com a exploração dos fluxos migratórios para fins políticos e na prestação de assistência aos Estados-Membros que, numa situação de crise, se encontram na linha da frente; que a Comissão incluiu o reforço da Frontex entre as suas iniciativas emblemáticas para a legislatura 2024-2029;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 447
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AQ

Proposta de resolução	*Alteração*
AQ. Considerando que as agências da UE com responsabilidades no domínio das fronteiras, da migração e da gestão do asilo — ou seja, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia para o Asilo — assumem, em cooperação com as autoridades nacionais, um papel de relevo na criação e manutenção de um conhecimento situacional comum dos riscos relacionados com a exploração dos fluxos migratórios para fins políticos e na prestação de assistência aos Estados-Membros que, numa situação de crise, se encontram na linha da frente; que a Comissão incluiu o reforço da Frontex entre as suas iniciativas emblemáticas para a legislatura 2024-2029;	AQ. Considerando que as agências da UE com responsabilidades no domínio das fronteiras, da migração e da gestão do asilo — ou seja, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia para o Asilo — assumem, em cooperação com as autoridades nacionais, um papel de relevo na criação e manutenção de um conhecimento situacional comum dos riscos relacionados com a exploração dos fluxos migratórios para fins políticos ***e de ingerência*** e na prestação de assistência aos Estados-Membros que, numa situação de crise, se encontram na linha da frente; que a Comissão incluiu o reforço da Frontex entre as suas iniciativas emblemáticas para a legislatura 2024-2029;

Or. en

Alteração 448
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AQ

Proposta de resolução	*Alteração*
AQ. Considerando que as agências da UE com responsabilidades no domínio das fronteiras, da migração e da gestão do asilo — ou seja, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia para o Asilo — assumem***, em cooperação com as autoridades nacionais,*** um papel de ***relevo*** na criação e manutenção de um conhecimento situacional comum dos riscos relacionados com a exploração dos fluxos migratórios para fins políticos e na prestação de assistência aos Estados-Membros que, numa situação de crise, se encontram na linha da frente; que a Comissão incluiu o reforço da Frontex	AQ. Considerando que as agências da UE com responsabilidades no domínio das fronteiras, da migração e da gestão do asilo — ou seja, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia para o Asilo — assumem um papel de ***apoio que cabe às autoridades nacionais assumir*** na criação e manutenção de um conhecimento situacional comum dos riscos relacionados com a exploração dos fluxos migratórios para fins políticos e na prestação de assistência aos Estados-Membros que, numa situação de crise, se encontram na linha da frente; que a Comissão incluiu o reforço da Frontex entre as suas iniciativas

entre as suas iniciativas emblemáticas para a legislatura 2024-2029;	emblemáticas para a legislatura 2024-2029;

Or. en

Alteração 449
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando AQ-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AQ-A. Considerando que os Estados-Membros estão cada vez mais expostos a ameaças híbridas de países terceiros que procuram comprometer a sua integridade territorial, nomeadamente através da instrumentalização dos fluxos migratórios, de violações do espaço aéreo e de atividades de pesca ilegais, com o objetivo de intimidar os cidadãos europeus e utilizar o debate público para promover ideologias populistas;

Or. en

Alteração 450
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AQ-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AQ-A. Considerando que, em 2023, o Governo de Viktor Orbán libertou da prisão mais de 2 000 traficantes de seres humanos condenados, pondo em perigo as pessoas na Hungria e em países vizinhos, como a Áustria;

Or. en

Alteração 451
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AQ-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AQ b. Considerando que a Rússia e a Bielorrússia têm vindo a instrumentalizar a migração no âmbito de ataques híbridos, recrutando migrantes do Médio Oriente, do Sudeste Asiático e de África, transportando-os para as fronteiras orientais da UE e incentivando-os ou, por vezes, forçando-os a atravessar ilegalmente a fronteira; que esta estratégia visa criar caos nas fronteiras da UE, pressionar os recursos e semear a divisão e o sentimento anti-imigração na UE;

Or. en

Alteração 452
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AQ-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AQ-C. Considerando que, de acordo com o Departamento de Segurança do Estado da Lituânia, os serviços de informações russos e bielorrussos planearam ataques violentos contra membros da comunidade bielorrussa na Lituânia e que os operacionais russos e bielorrussos realizaram operações de informação e psicológicas na Lituânia, destinadas a criar um sentimento de insegurança entre a diáspora bielorrussa;

Or. en

Alteração 453
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional; ***que é essencial que o Escudo Europeu da Democracia seja concebido e aplicado de uma forma que inclua estes parceiros, tendo em conta as suas vulnerabilidades estruturais específicas e os desafios em matéria de segurança, e que proporcione assistência específica, reforço das capacidades e medidas de proteção, a fim de evitar a exploração de fragilidades suscetíveis de desestabilizar tanto os seus sistemas democráticos como o ambiente de segurança europeu em geral;***

Or. en

Alteração 454
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE —	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE —

designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional; ***que a eficácia dos esforços da União Europeia para reforçar a resiliência institucional nos países candidatos depende da sua vontade de adotar medidas pertinentes, executar as reformas necessárias e cooperar eficazmente;***
	Or. en

Alteração 455
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia ***e*** os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia***, bem como*** os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional; ***que a UE apoia o reforço da resiliência dos referidos países contra a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, nomeadamente através do Mecanismo para a Ucrânia, do Mecanismo para as Reformas e o Crescimento nos Balcãs Ocidentais e dos instrumentos de financiamento do Mecanismo para as Reformas e o Crescimento na Moldávia;***
	Or. en

Alteração 456
Eugen Tomac

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, ***com a República da Moldávia a enfrentar campanhas de desinformação persistentes, coordenadas e patrocinadas pelo Estado destinadas a comprometer as instituições democráticas, a integridade eleitoral e a sua trajetória de adesão à UE,*** e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;

Or. en

Alteração 457
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia***, a Arménia, a Geórgia*** e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional; ***que***

a UE deve ter em conta as reações e a experiência destes países, uma vez que enfrentam ataques híbridos russos há muitos anos;

Or. en

Alteração 458
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional ***e combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e as ameaças híbridas***;

Or. en

Alteração 459
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia***, a Arménia, a Geórgia*** e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de

informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;

Or. en

Alteração 460
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE **—** ***designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais*** **—** são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;

Or. en

Alteração 461
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, ***a Geórgia,*** a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros e de ameaças híbridas, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;

Or. en

Alteração 462
Danilo Della Valle, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando AR

Proposta de resolução	*Alteração*
AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros ***e de ameaças híbridas***, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;	AR. Considerando que os países candidatos e vizinhos da UE — designadamente, a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais — são um alvo constante de ameaças de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, e necessitam do apoio da UE para reforçar a sua resiliência cívica e institucional;

Or. en

Alteração 463
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando AR-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AR-A. Considerando que os países candidatos são potenciais membros da União Europeia e que quaisquer desafios internos que enfrentem, se não forem abordados de forma eficaz, correm o risco de afetar a União após a adesão; que alguns países candidatos necessitam de mais progressos na atenuação dos riscos relacionados com a corrupção, as restrições às liberdades políticas, a perseguição de jornalistas e a criminalidade organizada; que a UE deve apoiar ativamente os países candidatos através de financiamento adequado e de uma cooperação reforçada para resolver

	as vulnerabilidades estruturais que os expõem à interferência de países terceiros, enquanto elemento essencial do processo de adesão;

Or. en

Alteração 464
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AS

Proposta de resolução	*Alteração*
AS. Considerando que ***a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram*** o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica***, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global***; ***que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;***	AS. Considerando que ***o conflito entre a Rússia e a Ucrânia intensificou*** o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica;

Or. en

Alteração 465
Konstantinos Arvanitis, Danilo Della Valle

Proposta de resolução
Considerando AS

Proposta de resolução	*Alteração*
AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; ***que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;***	AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global;

Or. en

Alteração 466
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AS

Proposta de resolução	*Alteração*
AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência	AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência

estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;

estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva; ***que a UE também difundiu essa desinformação, tal como ilustrado pelo exemplo da Polónia, no qual a desinformação foi utilizada para desacreditar as ações legítimas do governo conservador na fronteira polaco-bielorrussa durante a chamada missão de recolha de informações à Polónia e numerosas trocas de pontos de vista e audições;***

Or. en

Alteração 467
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AS

Proposta de resolução	*Alteração*
AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os	AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os

Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada ***pela Rússia*** com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;

Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada ***pelos países terceiros*** com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva; ***que uma parte significativa das informações é sigilosa, muitas vezes tratada principalmente no âmbito das estruturas nacionais de segurança e de informação, e pode não estar disponível para escrutínio público; que, neste contexto, a capacidade de avaliar em tempo real o que constitui uma informação exata pode ser limitada;***

Or. en

Alteração 468
Fredis Beleris

Proposta de resolução
Considerando AS

Proposta de resolução	*Alteração*
AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes	AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes

revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;	revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda se situa entre mil milhões e 2 mil milhões de USD por ano; que ***alguns países terceiros utilizam frequentemente o discurso político público para difundir desinformação e desafiar os direitos soberanos dos Estados-Membros, com o objetivo de manipular a opinião pública e o comportamento eleitoral dos seus próprios cidadãos; que*** as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;
	Or. en

Alteração 469
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AS

Proposta de resolução	*Alteração*
AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes revelam que o orçamento de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda ***se situa entre mil*** milhões ***e***	AS. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a postura assertiva da China na geopolítica intensificaram o recurso à desinformação, à coerção económica e à influência estratégica, visando não só a UE, mas também as regiões vulneráveis, como os Balcãs Ocidentais, os países da Parceria Oriental e o Sul Global; que várias fontes revelam que o orçamento ***anual*** de que a Rússia dispõe para disseminar desinformação e propaganda ***ascende a***

2 mil milhões de USD por ano; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;	***vários milhares*** milhões ***de EUR que são investidos de forma estratégica; que a guerra de desinformação da Rússia não foi acompanhada de financiamento ou estratégia adequados por parte da UE***; que as eleições e os acontecimentos políticos em toda a Europa comprovam a existência de uma guerra híbrida ofensiva em grande escala persistente, direcionada e sofisticada, perpetrada pela Rússia com o objetivo de abalar a confiança nos nossos sistemas e instituições políticos e instalar uma confusão constante entre os factos e as informações falsas; que esta guerra exige uma resposta adequada e a transição de uma estratégia meramente defensiva para uma estratégia ofensiva;

Or. en

Alteração 470
Petras Auštrevičius, Dainius Žalimas, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Helmut Brandstätter

Proposta de resolução
Considerando AS-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AS-A. Considerando que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, bem como a sua guerra híbrida mais ampla contra a Europa e a ingerência nos processos democráticos de outros países, foi possibilitada e justificada pela ideologia imperialista nacionalista do «Ruscismo» e faz parte de uma estratégia mais ampla dirigida contra o Ocidente e os seus interesses e valores, incluindo a ordem internacional assente em regras, o Estado de direito, a democracia, os direitos humanos e a segurança comum; que o Parlamento Europeu condenou a ideologia, as políticas e as práticas do atual regime russo por serem incompatíveis com o direito internacional

e os valores europeus;

Or. en

Alteração 471
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter

Proposta de resolução
Considerando AS-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AS-A. Considerando que, no entanto, limitar o Escudo Europeu da Democracia a intervenientes estatais específicos seria contraproducente, uma vez que o Escudo deve ser concebido como um quadro permanente, baseado em ameaças e valores, destinado não a visar determinados países, mas a salvaguardar a segurança, a integridade democrática e a resiliência social da União contra qualquer fonte presente ou futura de ingerência ou manipulação;

Or. en

Alteração 472
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AT

Proposta de resolução	*Alteração*
AT. Considerando que a Missão de Parceria da União Europeia na República da Moldávia (EUPM Moldávia) foi estabelecida, em 24 de abril de 2023, com o objetivo explícito de apoiar as autoridades da Moldávia no combate à manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros;	AT. Considerando ***que a Rússia recorreu a uma campanha de ingerência híbrida a vários níveis para perturbar as eleições de 2024 e 2025 na Moldávia, combinando desinformação, manipulação financeira, ciberataques e redes de representação; que a Rússia investiu provavelmente mais de 300 milhões de EUR nestas tentativas, mas falhou de***

forma imprudente, demonstrando a eficácia das políticas defensivas da Moldávia; que a Missão de Parceria da União Europeia na República da Moldávia (EUPM Moldávia) foi estabelecida, em 24 de abril de 2023, com o objetivo explícito de apoiar as autoridades da Moldávia no combate à manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros;

Or. en

Alteração 473
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AT-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AT-A. Considerando que a Arménia é alvo de ingerência e ataques híbridos generalizados; que a realização das eleições legislativas ocorreu em 7 de junho de 2026; que os ciberataques e as operações de desinformação maliciosa estão a aumentar na sequência do processo eleitoral; que, de acordo com o relatório anual da Arménia sobre os riscos de segurança externa, intervenientes estrangeiros estão a ativar os seus agentes na Arménia; que a Igreja Apostólica da Arménia tem sido um ponto de entrada para a propaganda russa;

Or. en

Alteração 474
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AT-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AT-A. Considerando que a Rússia está a interferir ativamente na Arménia antes das suas eleições legislativas de junho de 2026, utilizando a desinformação, a subversão política e tirando partido da diáspora para minar o governo democrático do primeiro-ministro Nikol Pashinyan, perturbar as conversações de paz com o Azerbaijão e reafirmar a influência do Kremlin;

Or. en

Alteração 475
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AT-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AT-B. Considerando que a Sérvia se tornou um polo fundamental de desinformação e um substituto das operações de influência russa e, em menor medida, chinesa; que, em 2024, a Sérvia acolheu um campo de treino de militantes ligado à Rússia, que recrutou e formou 100 homens para criar distúrbios em massa durante as eleições e o referendo na Moldávia; que as ciberinfraestruturas sérvias foram utilizadas para lançar ataques sofisticados de ciberiscagem personalizada que usurparam a identidade da Conferência de Segurança de Belgrado e visaram funcionários e diplomatas da UE e da NATO; que a Sérvia se tornou um refúgio seguro para espiões e oligarcas russos que monitorizam figuras da oposição russa e encontram formas de contornar as sanções; que cidadãos sérvios foram detidos na Sérvia por alegadamente terem cometido atos motivados pelo ódio em

França e na Alemanha, incluindo a demissão de locais judaicos e a colocação de cabeças de suínos perto de mesquitas com o objetivo de semear discórdia étnica e religiosa;

Or. en

Alteração 476
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AT-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AT-B. Considerando que, apesar de utilizar as igrejas para difundir propaganda e afirmar ser o único defensor dos valores tradicionais, a Rússia sofreu graves violações dos direitos humanos e da liberdade religiosa nos territórios ucranianos ocupados; que, em 2022, a Rússia impôs uma proibição total da Igreja Católica Grega Ucraniana (UGCC) nestes territórios e em quaisquer comunidades religiosas não filiadas no Patriarcado de Moscovo; que esta situação caracteriza a perseguição religiosa como uma política estatal da Rússia e constitui uma grave violação do direito internacional;

Or. en

Alteração 477
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que a diminuição do	***Suprimido***

apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária;

Or. en

Alteração 478
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária;	AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária; ***; que esta mudança foi acompanhada, em alguns casos, pela redução do apoio financeiro às redes independentes de verificação de factos, por uma relutância crescente entre determinadas plataformas em manter ou introduzir medidas de salvaguarda sólidas e pelo surgimento de narrativas que questionam a legitimidade da integridade dos conteúdos e dos mecanismos de responsabilização; que estes desenvolvimentos correm o risco de enfraquecer o ecossistema mundial de integridade da informação e de aumentar a exposição à manipulação, sublinhando assim a necessidade de a União reforçar as suas próprias capacidades, parcerias e compromissos a longo prazo em defesa dos valores democráticos e de informações fiáveis;***

Or. en

Alteração 479
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária;	AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária; ***que as auditorias e os controlos desse apoio revelaram, em muitos casos, abusos de grande alcance, bem como a sua canalização para projetos de natureza ideológica e política;***

Or. en

Alteração 480
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que ***a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária***;	AU. considerando que***, tendo em conta as mudanças geopolíticas em curso, o acesso aos minerais e a outras matérias-primas estratégicas necessárias para fabricar os produtos e serviços comummente utilizados atualmente e dos quais depende a sociedade moderna se tornou uma questão de soberania estratégica e de segurança***;

Or. en

Alteração 481
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária;	AU. Considerando que a diminuição ***preocupante*** do apoio dos EUA à democracia internacional***, incluindo através da retirada de quadros fundamentais multilaterais e internacionais,*** criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária;

Or. en

Alteração 482
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária;	AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA à democracia internacional criou um grande défice de financiamento no domínio do combate à desinformação e à influência autoritária***, em especial no Sul Global***;

Or. en

Alteração 483
Petar Volgin, Christine Anderson

Proposta de resolução
Considerando AU

Proposta de resolução	*Alteração*
AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA ***à democracia internacional*** criou um grande défice de financiamento no domínio ***do combate à desinformação e à influência autoritária***;	AU. Considerando que a diminuição do apoio dos EUA criou um grande défice de financiamento no domínio ***dos projetos de ingerência estrangeira***;

Or. en

Alteração 484
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-A. Considerando que o Parlamento Europeu é frequentemente alvo de espionagem e ingerência estrangeira, incluindo o infame escândalo Qatargate, a condenação do assistente de Maximilian Krah por espionagem em nome da China, o deputado ao Parlamento Europeu Fidias Panayiotou a amplificar a propaganda do Kremlin, bem como os laços estreitos de Sergej Erler, assistente do deputado ao Parlamento Europeu Hans Neuhoff, com militantes russos; que estes deputados ao Parlamento Europeu e funcionários têm acesso a informações e documentos sensíveis disponíveis no Parlamento Europeu;

Or. en

Alteração 485
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando AU-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-A. Considerando que, tendo em conta a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, de 5 de dezembro de 2025, esta mudança exige uma ação europeia urgente e reforçada para salvaguardar a resiliência democrática e combater a

manipulação da informação e a ingerência por parte de agentes estrangeiros;

Or. en

Alteração 486
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando AU-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-A. Considerando que o relatório do Comité Judiciário da Câmara dos EUA, intitulado «The Foreign Censorship Threat, Part II», expõe a ingerência da Comissão Europeia na moderação de conteúdos em linha ao longo de uma década e as suas tentativas de restringir a liberdade de expressão;

Or. en

Alteração 487
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-B. Considerando que políticos europeus influentes com acesso a informações sensíveis continuam a manter laços estreitos, muitas vezes secretos, com o Kremlin; se o antigo líder do Partido Social-Democrata da Alemanha — Matthias Platzeck — continuou a visitar regularmente a Rússia, mesmo após a invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia; que Ralf Stegner, da Comissão Parlamentar de

Controlo do Bundestag, se reuniu em Bacu, em abril de 2025, com o antigo primeiro-ministro russo, chefe do conselho de supervisão da Gazprom, e presidente sancionado pela UE do Conselho dos Direitos Humanos da Rússia;

Or. en

Alteração 488
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando AU-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-B. Considerando que, em janeiro de 2025, a Meta pôs termo ao seu programa de verificação de factos por terceiros nos EUA, reconhecendo que se tinha tornado um instrumento de censura excessiva do discurso político legítimo e de transição para um modelo baseado na comunidade, a fim de permitir um debate mais aberto; que a proposta da UE de financiar redes de verificação de factos com influência institucional corre o risco de repetir os mesmos erros, permitindo a censura, restringindo a liberdade de expressão e privilegiando determinadas narrativas em detrimento de outras;

Or. en

Alteração 489
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

AU-C. Considerando que a China utiliza métodos mais sofisticados em comparação com outros intervenientes para ganhar influência na UE, nomeadamente através da cooptação de elites políticas, da atração de antigos funcionários com empregos lucrativos, da criação de uma vasta rede de estudantes, investigadores e operadores empresariais que, em seguida, impulsionam narrativas e políticas pró-chinesas;

Or. en

Alteração 490
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-D. Considerando que, de acordo com uma comissão bipartidária dos EUA, a China realizou uma campanha de desinformação para desacreditar os jatos de combate franceses Rafale, utilizados pela Índia contra armas chinesas no conflito Índia-Paquistão de 2025;

Or. en

Alteração 491
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-E. Considerando que a ingerência interna e a espionagem continuam a ser problemas graves, havendo vários

relatórios que sugerem que o serviço de informações de Victor Orbán explora há anos uma rede espiã secreta nas instituições da União Europeia em Bruxelas; que a Ucrânia descobriu uma rede de agentes que trabalham para os serviços de informações militares húngaros, recolhendo informações sobre vulnerabilidades na segurança militar da região da Transcarpátia; que Victor Orbán designou a Ucrânia como «inimigo» da Hungria durante um discurso de manifestação;

Or. en

Alteração 492
Helmut Brandstätter, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-F. Considerando que um vídeo divulgado publicamente revelou que um adido militar adjunto da Embaixada da Rússia na Eslováquia entregou dinheiro a um contribuidor para o sítio Web de desinformação eslovaco, Hlavné správy, conhecido por reciclar propaganda russa, e debateu o recrutamento e a recolha de informações políticas relacionadas com a UE e a NATO; que a agência noticiosa ucraniana Espresso TV revelou uma rede de sítios Web de notícias eslovacos que difundem desinformação e propaganda russa; que estes sítios Web, muitas vezes remetendo para os meios de comunicação social estatais russos, justificam os crimes de guerra russos, difundem propaganda contra a UE e desumanizam os ucranianos;

Or. en

Alteração 493
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AU-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AU-G. Considerando que vários italianos, incluindo pelo menos dois jornalistas que expuseram jovens fascistas do partido da primeira-ministra Giorgia Meloni, foram alvo de «software» espião mercenário sofisticado, muito provavelmente produzido pela Paragon Solutions, sediada em Israel;

Or. en

Alteração 494
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AV

Proposta de resolução	*Alteração*
AV. Considerando que algumas iniciativas internacionais — nomeadamente da ONU, da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos e do G7 — começaram a delinear princípios e quadros em matéria de salvaguarda da integridade da informação, alicerçados nos valores democráticos, no pluralismo dos meios de comunicação social e nos direitos humanos;	AV. Considerando que algumas iniciativas internacionais — nomeadamente da ONU, da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos***, dos países da Ásia Oriental que partilham as mesmas ideias, incluindo o Japão e Taiwan,*** e do G7 — começaram a delinear princípios e quadros em matéria de salvaguarda da integridade da informação, alicerçados nos valores democráticos, no pluralismo dos meios de comunicação social e nos direitos humanos;

Or. en

Alteração 495
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AV-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AV-A. Considerando que a publicação do relatório de Sauli Niinistö intitulado «Safer Together — Strengthening Europe's Civilian and Military Preparedness and Readiness» [Mais seguros juntos — Reforçar a preparação e a prontidão civil e militar da Europa] salientou a necessidade de a União passar de uma postura de gestão de crises predominantemente reativa para uma estratégia de preparação pró-ativa e abrangente; que as recomendações salientam a necessidade de um investimento sustentado e conjunto para reforçar a resiliência a longo prazo; que essa abordagem integrada de preparação, que combina dimensões civis, militares, tecnológicas e societais, é diretamente pertinente para reforçar a resiliência democrática da União e a sua capacidade de antecipar e combater a manipulação da informação, a ingerência híbrida e outras ações desestabilizadoras;

Or. en

Alteração 496
Tomáš Zdechovský, Dan-Ştefan Motreanu, Lukas Mandl, Sandra Kalniete, Tomas Tobé, Mika Aaltola, Sander Smit, Marta Wcisło, Fredis Beleris, Andrey Kovatchev

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada

vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;

vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE***; que as campanhas híbridas contra os sistemas democráticos são frequentemente realizadas através de ecossistemas estruturados de mandatários e intermediários, incluindo entidades não estatais, redes transnacionais e estruturas de criminalidade como serviço, com base em facilitadores logísticos, financeiros e técnicos, como veículos de financiamento opacos, vias de monetização em linha, redes publicitárias e comportamentos não autênticos coordenados***; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários; ***que, para perturbar e combater eficazmente as atividades de manipulação da informação, é necessária uma cooperação intersetorial entre toda a sociedade; que, além das ameaças híbridas patrocinadas pelo Estado, os serviços de segurança europeus identificaram determinadas redes ideológicas não estatais e transnacionais como estando a participar em atividades de influência e infiltração a longo prazo, destinadas a comprometer os valores democráticos e a coesão social na União; que tal inclui organizações como a Irmandade Muçulmana, que, de acordo com as avaliações dos serviços de informações e de segurança nacionais,***

opera através de organizações de fachada e de estruturas educativas e da sociedade civil para exercer influência política e social dissimulada, embora não seja uniformemente classificada como organização terrorista ao abrigo do direito da União;

Or. en

Alteração 497
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE***; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;***	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE***, incluindo a Comissão***;

Or. en

Alteração 498
Juan Ignacio Zoido Álvarez

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários; ***que a desinformação está frequentemente associada a intervenientes estrangeiros hostis e que a credibilidade das instituições democráticas depende também do facto de os governos se absterem de divulgar informações inexatas, enganosas ou politicamente instrumentalizadas, em particular durante catástrofes naturais, emergências sanitárias e crises humanitárias;***

Or. en

Alteração 499
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros ***contribuem*** também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE ***e dos seus Estados-Membros***; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros ***devem contribuir*** também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;

Or. en

Alteração 500
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes

estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;	estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação ***e de desinformação*** também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital ***e de IA*** em todos os grupos etários;

Or. en

Alteração 501
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, ***, bem como o seu***

interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;

impacto, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;

Or. en

Alteração 502
Csaba Molnár

Proposta de resolução
Considerando AW

Proposta de resolução	*Alteração*
AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes ***que operam*** dentro da UE; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço	AW. Considerando que a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros constitui um problema cada vez maior para a resiliência democrática da UE; que certos tipos de atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes dentro da UE***, incluindo os Estados-Membros***; que importa examinar mais aprofundadamente e compreender melhor o fenómeno da manipulação da informação e ingerência no contexto nacional, em particular a sua interação com a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros; que as medidas apresentadas para combater a manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros contribuem também para aumentar a resiliência global das sociedades no contexto nacional, em especial no que concerne ao reforço do conhecimento situacional, ao aumento da transparência e do pluralismo e ao reforço

dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;	dos níveis de literacia mediática e digital em todos os grupos etários;

Or. en

Alteração 503
Jonas Sjöstedt, Li Andersson, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando AW-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-A. Considerando que os ataques e a desinformação que visam a igualdade de género, a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), o direito ao aborto, uma educação sexual abrangente e os direitos das pessoas LGBTIQ+ em particular das pessoas transexuais — não são incidentes isolados, mas fazem parte de estratégias antidemocráticas mais amplas destinadas a comprometer as instituições democráticas e a confiança do público; que intervenientes autoritários e ultraconservadores instrumentalizam narrativas antigénero para polarizar sociedades, deslegitimar quadros de direitos humanos e comunidades marginalizadas de bodes expiatórios, incluindo mulheres, populações racializadas e migrantes e pessoas LGBTIQ+; que estas campanhas de ingerência e desinformação são transnacionais, bem financiadas e apoiadas por intervenientes dentro e fora da União Europeia, incluindo partidos políticos, governos e fontes externas; que o Fórum Parlamentar Europeu para os Direitos Sexuais e Reprodutivos, no seu relatório «Tip of the Iceberg» (2021), documentou mais de 707 milhões de dólares em financiamento de organizações antigénero entre 2009 e 2018, sendo a maioria proveniente de fontes europeias;

Or. en

Alteração 504
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AW-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-A. Considerando que as atividades de manipulação da informação também podem ser da autoria de agentes que operam dentro da União; que a distinção entre ingerência estrangeira e atividade política interna deve continuar a ser clara e significativa do ponto de vista operacional, a fim de evitar restrições indevidas à expressão política lícita;

Or. en

Alteração 505
Csaba Dömötör, Ernő Schaller-Baross, Virginie Joron, António Tânger Corrêa

Proposta de resolução
Considerando AW-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-A. Considerando que as iniciativas de verificação de factos se multiplicaram nos últimos anos, suscitando sérias questões sobre os seus métodos, governação, financiamento e impacto na liberdade de expressão; que nenhuma instituição deve reivindicar o monopólio da verdade ou o controlo do debate público;

Or. en

Alteração 506
Jonas Sjöstedt, Li Andersson, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando AW-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-B. Considerando que a desinformação visa de forma desproporcionada os grupos mais vulneráveis e historicamente marginalizados da sociedade, incluindo os refugiados e os requerentes de asilo, as minorias étnicas e religiosas e as minorias sexuais e de género, e pode incitar à discriminação, à hostilidade ou à violência, comprometer o apoio público aos direitos humanos e à igualdade de género, alimentar a misoginia e a polarização e contribuir para o retrocesso democrático e em matéria de direitos humanos;

Or. en

Alteração 507
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AW-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-B. Considerando que a influência estrangeira também pode ser exercida através de organizações que se apresentam como intervenientes independentes da sociedade civil, mas que mantêm ligações estruturais, financeiras ou organizacionais com governos estrangeiros ou partidos no poder; que a transparência dessas ligações é essencial para salvaguardar a confiança nos processos democráticos e na elaboração de políticas;

Or. en

Alteração 508
Jonas Sjöstedt, Konstantinos Arvanitis, Li Andersson

Proposta de resolução
Considerando AW-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-C. Considerando que a desinformação baseada no género é uma ameaça crescente e distinta que opera na intersecção da desinformação com o género, visando de forma desproporcionada as mulheres, as pessoas de género não conforme e as pessoas LGBTIQ+ através de conteúdos enganosos ou inexatos, narrativas misóginas, material sexualizado e gráfico, assédio em linha e ameaças de violência, ciberataques e campanhas de difamação coordenadas;

Or. en

Alteração 509
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AW-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-C. Considerando que os riscos para a integridade do discurso democrático podem resultar não só da manipulação da informação dirigida ao estrangeiro, mas também de ecossistemas nacionais coordenados que moldam a droga, em particular redes de comunicação financiadas por fundos públicos, infraestruturas de defesa de causas e campanhas de influência; que essas atividades, mesmo quando lícitas, justificam a transparência, a fim de preservar o pluralismo e a confiança do

público;

Or. en

Alteração 510
Jonas Sjöstedt, Li Andersson, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando AW-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AW-D. Considerando que a desinformação baseada no género visa principalmente as mulheres e as pessoas LGBTIQ+ em posições de poder e visibilidade pública, como jornalistas, ativistas e políticos, com o objetivo de as silenciar, forçar a retirada de espaços públicos ou em linha, desacreditar as suas causas, manipular a opinião pública e comprometer a democracia, nomeadamente através de ataques aos direitos das pessoas transexuais, ao direito ao aborto e a uma educação sexual abrangente e inclusiva, envolvendo frequentemente intervenientes estatais e não estatais estrangeiros e nacionais;

Or. en

Alteração 511
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando AX

Proposta de resolução	*Alteração*
AX. Considerando que ***as recomendações da*** Comissão ***sobre processos eleitorais inclusivos e resilientes na*** União***, publicadas em dezembro de 2023, ainda não foram plenamente***	AX. Considerando que ***a*** Comissão ***deve respeitar os limites dos seus poderes e as competências atribuídas às outras instituições da*** União ***e aos*** Estados-Membros ***no domínio das eleições***

aplicadas em todos os Estados-Membros***, nomeadamente no que diz respeito às disposições destinadas a reforçar a cooperação entre as autoridades nacionais durante e antes dos processos eleitorais através da criação de redes eleitorais nacionais***;	***e da soberania nacional, respeitando simultaneamente os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade***;

Or. en

Alteração 512
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AX

Proposta de resolução	*Alteração*
AX. Considerando que as recomendações da Comissão sobre processos eleitorais inclusivos e resilientes na União, publicadas em dezembro de 2023, ***ainda não foram*** plenamente aplicadas em todos os Estados-Membros, nomeadamente no que diz respeito às disposições destinadas a reforçar a cooperação entre as autoridades nacionais durante e antes dos processos eleitorais através da criação de redes eleitorais nacionais;	AX. Considerando que as recomendações da Comissão sobre processos eleitorais inclusivos e resilientes na União, publicadas em dezembro de 2023, ***não são vinculativas, por isso não têm de ser*** plenamente aplicadas em todos os Estados-Membros, nomeadamente no que diz respeito às disposições destinadas a reforçar a cooperação entre as autoridades nacionais durante e antes dos processos eleitorais através da criação de redes eleitorais nacionais;

Or. en

Alteração 513
Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando AX-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AX-A. Considerando que determinadas redes ideológicas transnacionais que operam dentro e em toda a União prosseguem estratégias de influência a

longo prazo, incrementais e frequentemente opacas através de organizações de fachada e estruturas legalmente registadas nos domínios educativo, caritativo, religioso e da sociedade civil; que os serviços de informações e de segurança europeus em vários Estados-Membros manifestaram preocupações relativamente às redes associadas à Irmandade Muçulmana; que a ausência de um quadro de situação comum a nível da União e de salvaguardas coordenadas pode permitir a infiltração contínua dos ecossistemas democráticos, incluindo os partidos políticos, as administrações públicas e as instituições da UE;

Or. en

Alteração 514
Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando AX-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AX-B. Considerando que a Assembleia Nacional francesa, na sua resolução europeia de 22 de janeiro de 2026, apelou a uma avaliação jurídica e factual a nível da UE da rede transnacional da Irmandade Muçulmana, das suas ramificações na Europa e dos seus métodos de funcionamento, citando conclusões dos serviços nacionais de segurança e de informações em vários Estados-Membros;

Or. en

Alteração 515
Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando AX-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AX-C. Considerando que a União elencou o Hamas entre as organizações terroristas; que a resolução da Assembleia Nacional francesa recorda o Hamas como a filial palestiniana associada à Irmandade Muçulmana; que a compreensão das ligações, dos modos de apoio e das vias facilitadoras entre as entidades terroristas incluídas na lista e as redes ideológicas transnacionais é importante para avaliar os riscos para a integridade democrática e a coesão social;

Or. en

Alteração 516
Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando AX-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AX-D. Considerando que vários Estados-Membros, incluindo a Suécia, identificaram riscos relacionados com a infiltração ideológica e o ingresso a longo prazo de redes islâmicas transnacionais através de organizações que operam legalmente; que as autoridades nacionais tomaram medidas proporcionadas, incluindo inquéritos governamentais e ações preventivas, sublinhando a importância da deteção precoce e do conhecimento da situação;

Or. en

Alteração 517
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando AY

Proposta de resolução	*Alteração*
AY. Considerando que a ECNE tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos últimos anos, mas que, atualmente, não dispõe dos recursos nem da capacidade necessários para elevar as suas atividades ao nível seguinte;	AY. Considerando que a ECNE tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos últimos anos, mas que, atualmente, não dispõe dos recursos nem da capacidade necessários para elevar as suas atividades ao nível seguinte; ***que tal constitui um sinal claro dos Estados-Membros de que, para além do intercâmbio de boas práticas, não existe vontade de permitir qualquer interferência nos processos eleitorais, especialmente a sua centralização a nível da UE;***

Or. en

Alteração 518
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando AY

Proposta de resolução	*Alteração*
AY. Considerando que a ECNE tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos últimos anos, mas que, atualmente, não dispõe dos recursos nem da capacidade necessários para elevar as suas atividades ao nível seguinte;	AY. Considerando que a ECNE tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos últimos anos, mas que, atualmente, não dispõe dos recursos nem da capacidade necessários para elevar as suas atividades ao nível seguinte; ***salienta que a Comissão Europeia deve afetar fundos à ECNE no próximo QFP;***

Or. en

Alteração 519
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução

Considerando AY

Proposta de resolução	*Alteração*
AY. Considerando que a ECNE ***tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos últimos anos, mas que, atualmente, não dispõe dos recursos nem da capacidade necessários para elevar as suas atividades ao nível seguinte***;	AY. Considerando que a ECNE ***deve funcionar estritamente no âmbito do quadro jurídico baseado no Tratado e dos princípios fundamentais estabelecidos nos Tratados, que reservam a organização e a realização das eleições à competência dos Estados-Membros***;

Or. en

Alteração 520
Christine Anderson, Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando AZ-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	AZ-A. Considerando que as medidas destinadas a reforçar a resiliência e a preparação contra a manipulação da informação e a ingerência por parte de agentes estrangeiros não devem conduzir à institucionalização permanente de uma governação de tipo emergência no espaço da informação; que as sociedades democráticas dependem da segurança jurídica, da contestação democrática normal e da proteção dos direitos fundamentais, mesmo em tempos de perturbação;

Or. en

Alteração 521
Ana Catarina Mendes, Kathleen Van Brempt, Sandro Ruotolo, Vasile Dîncu, Csaba Molnár, Juan Fernando López Aguilar, Pina Picierno, Christel Schaldemose

Proposta de resolução
Considerando BA

Proposta de resolução	*Alteração*
BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais — que também têm sido alvo de ciberataques —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;	BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais — que também têm sido alvo de ciberataques —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024; ***que o relatório de 2019 da ENISA já recomendava a classificação dos sistemas, processos e infraestruturas eleitorais como infraestruturas críticas, a fim de pôr em prática as medidas de cibersegurança necessárias;***

Or. en

Alteração 522
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando BA

Proposta de resolução	*Alteração*
BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais ***— que também têm sido alvo de*** ciberataques —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;	BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais ***contra*** ciberataques ***e interferências hostis, nomeadamente assegurando que possam proteger-se eficazmente, através de apoio e orientação específicos a nível da União, sem impor um controlo centralizado***, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;

Or. en

Alteração 523
Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando BA

Proposta de resolução	*Alteração*
BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais — que também têm sido alvo de ciberataques —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;	BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais — que também têm sido alvo de ciberataques ***e de manipulação da informação e ingerência*** —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;

Or. en

Alteração 524
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando BA

Proposta de resolução	*Alteração*
BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais — que também têm sido alvo de ciberataques —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;	BA. Considerando que existe uma clara necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas eleitorais e dos partidos políticos nacionais — que também têm sido alvo de ciberataques ***e de manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros*** —, designadamente face aos ciberataques em grande escala de que foram objeto as autoridades eleitorais romenas no outono de 2024;

Or. en

Alteração 525
Juan Ignacio Zoido Álvarez

Proposta de resolução

Considerando BB

Proposta de resolução	*Alteração*
BB. Considerando que o financiamento encoberto de partidos e movimentos políticos na UE por parte de países terceiros constitui uma ameaça à legitimidade do processo democrático;	BB. Considerando que o financiamento encoberto de partidos e movimentos políticos na UE por parte de países terceiros constitui uma ameaça à legitimidade do processo democrático; ***que os casos documentados de ingerência estrangeira por parte de regimes autoritários através do financiamento direto ou indireto de partidos políticos, fundações ou organizações de comunicação social associadas na União representam uma grave ameaça à resiliência democrática e à integridade eleitoral, como tem sido o caso em Estados-Membros da UE como a França, a Espanha ou a Roménia;***

Or. en

Alteração 526
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BB

Proposta de resolução	*Alteração*
BB. Considerando que o financiamento encoberto de partidos e movimentos políticos na UE por parte de países terceiros constitui uma ameaça à legitimidade do processo democrático;	BB. Considerando que o financiamento encoberto de partidos e movimentos políticos na UE por parte de países terceiros constitui uma ameaça à legitimidade do processo democrático; ***que os movimentos estrangeiros que prosseguem objetivos políticos, financiados de forma dissimulada por intervenientes externos, por determinadas capitais europeias e pela própria União, também constituem uma ameaça para a democracia; que muitos Estados-Membros excluem qualquer financiamento não europeu de partidos políticos;***

Or. en

Alteração 527
Juan Ignacio Zoido Álvarez

Proposta de resolução
Considerando BB-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BB-A. Considerando que antigos chefes de governo que aceitem cargos remunerados, funções consultivas ou outras formas de cooperação com regimes autoritários de países terceiros, como a Rússia, o Irão ou a Venezuela, ou as suas empresas controladas pelo Estado, correm o risco de comprometer a credibilidade da política externa da União e a independência do seu processo decisório interno;

Or. en

Alteração 528
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando BC

Proposta de resolução	*Alteração*
BC. Considerando que a independência judicial é uma componente estrutural indispensável da integridade eleitoral; que a integridade eleitoral depende da existência de vias de recurso acessíveis e eficazes contra as violações dos direitos de voto e dos processos eleitorais, imunes à pressão política e do poder executivo;	BC. Considerando que a independência judicial é uma componente estrutural indispensável da integridade eleitoral; que a integridade eleitoral depende da existência de vias de recurso acessíveis e eficazes contra as violações dos direitos de voto e dos processos eleitorais, imunes à pressão política e do poder executivo; ***que, apesar da ligação evidente entre a independência do poder judicial e a credibilidade dos processos eleitorais, esta dimensão específica ainda não é***

sistematicamente abordada no relatório da Comissão sobre o Estado de direito, o que representa uma oportunidade perdida para reforçar as capacidades de alerta precoce e de acompanhamento neste domínio;

Or. en

Alteração 529
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BC

Proposta de resolução	*Alteração*
BC. Considerando que a independência judicial é uma componente estrutural indispensável da integridade eleitoral; que a integridade eleitoral depende da existência de vias de recurso acessíveis e eficazes contra as violações dos direitos de voto e dos processos eleitorais, imunes à pressão política e do poder executivo;	BC. Considerando que a independência judicial é uma componente estrutural indispensável da integridade eleitoral; que a integridade eleitoral depende da existência de vias de recurso acessíveis e eficazes contra as violações dos direitos de voto e dos processos eleitorais, imunes à ***ingerência externa e*** pressão política e do poder executivo ***a nível interno***; ***que funcionários dos EUA ligados à Administração Trump contactaram um magistrado francês no âmbito do processo judicial contra Marine Le Pen;***

Or. en

Alteração 530
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BC

Proposta de resolução	*Alteração*
BC. Considerando que a independência judicial é uma componente estrutural indispensável da integridade eleitoral; que	BC. Considerando que a independência judicial é uma componente estrutural indispensável da integridade eleitoral; que

a integridade eleitoral depende da existência de vias de recurso acessíveis e eficazes contra as violações dos direitos de voto e dos processos eleitorais, imunes à pressão política e do poder executivo;	a integridade eleitoral depende da existência de vias de recurso acessíveis e eficazes contra as violações dos direitos de voto e dos processos eleitorais, imunes à pressão política e do poder executivo; ***que a UE não tem competências para avaliar a organização do sistema judicial nos Estados-Membros;***

Or. en

Alteração 531
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BC-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BC-A. Considerando que a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA apresenta a UE e a Europa como estando a sofrer um «apagamento civilizacional» e manifesta a intenção de interferir abertamente na vida política europeia, abstendo-se simultaneamente de críticas políticas a adversários históricos, como a Rússia ou a China; que os EUA tentam comprometer o conjunto de regras digitais da UE; que a sua aplicação não está sujeita a negociação nem a ingerência política através de meios de coerção económica;

Or. en

Alteração 532
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando BD

Proposta de resolução	*Alteração*

BD. Considerando que, entre 2022 e 2025, a UE impôs um total de 19 pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes ***em resposta à agressão militar da Rússia*** contra a ***Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais e os facilitadores e exploradores da sua guerra de agressão, pondo também termo à dependência da UE das importações de combustíveis fósseis provenientes da*** Rússia; que a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte ***em resposta ao seu apoio à Rússia na agressão militar contra a Ucrânia***;	BD. Considerando que, entre 2022 e 2025, a UE impôs um total de 19 pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes contra a Rússia; que a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte;

Or. en

Alteração 533
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando BD

Proposta de resolução	*Alteração*
BD. Considerando que, entre 2022 e 2025, a UE impôs um total de 19 pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais ***e os facilitadores e exploradores da sua guerra de agressão, pondo também termo à dependência da UE das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia***; que a UE adotou igualmente sanções contra ***a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte em resposta ao seu apoio à Rússia na agressão militar***	BD. Considerando que, entre 2022 e 2025, a UE impôs um total de 19 pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais; que a UE adotou igualmente sanções contra ***países terceiros e entidades em conexão com a guerra na*** Ucrânia;

contra a Ucrânia;

Or. en

Alteração 534
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BD

Proposta de resolução	*Alteração*
BD. Considerando que, entre 2022 e 2025, a UE impôs um total de 19 pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais e os facilitadores e exploradores da sua guerra de agressão, pondo também termo à dependência da UE das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia; que a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte em resposta ao seu apoio à Rússia na agressão militar contra a Ucrânia;	BD. Considerando que, entre 2022 e 2025, a UE impôs um total de 19 pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais e os facilitadores e exploradores da sua guerra de agressão, pondo também termo à dependência da UE das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia; que a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte em resposta ao seu apoio à Rússia na agressão militar contra a Ucrânia; ***que essas medidas devem ser reforçadas de forma decisiva e que as lacunas que permitem a sua evasão devem ser eliminadas;***

Or. en

Alteração 535
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando BD

Proposta de resolução	*Alteração*

BD. Considerando que, entre 2022 e ***2025***, a UE impôs um total de ***19*** pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais e os facilitadores e exploradores da sua guerra de agressão, pondo também termo à dependência da UE das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia; que a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte em resposta ao seu apoio à Rússia na agressão militar contra a Ucrânia;	BD. Considerando que, entre 2022 e ***2026***, a UE impôs um total de ***20*** pacotes de sanções abrangentes e sem precedentes em resposta à agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, aumentando substancialmente a pressão sobre a economia de guerra russa e visando setores fundamentais, como a energia, as finanças e a indústria da defesa, zonas económicas especiais e os facilitadores e exploradores da sua guerra de agressão, pondo também termo à dependência da UE das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia; que a UE adotou igualmente sanções contra a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte em resposta ao seu apoio à Rússia na agressão militar contra a Ucrânia;
	Or. en

Alteração 536
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BD-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BD-A. Considerando que os deputados ao Parlamento Europeu solicitaram, durante vários anos, a divulgação de documentos internos da Comissão Europeia relativos a alegadas interferências nos assuntos internos da Eslovénia; que esses esforços culminaram num acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, que concluiu que a Comissão, agindo através da sua então Vice-Presidente Věra Jourová, extravasou as suas competências e exerceu influência sobre o Tribunal Constitucional da República da Eslovénia de uma forma que afetou a governação do organismo público de radiodifusão; que a Comissão não assegurou a transparência na sequência do acórdão, não divulgou os documentos solicitados, não tomou

medidas corretivas ou disciplinares e não adotou salvaguardas para evitar comportamentos semelhantes no futuro; que os pedidos reiterados dirigidos à presidente da Comissão no sentido de obter transparência e medidas de acompanhamento terão ficado sem resposta;

Or. en

Alteração 537
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BD-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BD-B. Considerando que o Partido Comunista Chinês prossegue um esforço estratégico para reformular a ordem mundial de forma a tornar o mundo mais vulnerável a um regime autoritário, nomeadamente através de ações destinadas a corromper, desestabilizar e enfraquecer os sistemas democráticos;

Or. en

Alteração 538
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BD-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BD-C. Considerando que a China utiliza um vasto «conjunto de instrumentos antidemocráticos», incluindo desinformação, coerção económica, operações de influência política, exportações de vigilância tecnológica e cooperação com outros regimes

autoritários, exercendo simultaneamente uma pressão militar e política abertamente hostil contra Taiwan democrático;

Or. en

Alteração 539
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando BE

Proposta de resolução	*Alteração*
BE. Considerando que, desde 8 de outubro de 2024, o quadro de sanções ***da UE permitiu visar uma vasta gama de atividades híbridas levadas a cabo pela*** Rússia, incluindo ***o enfraquecimento dos processos eleitorais e do funcionamento das*** instituições ***democráticas, as ameaças e a sabotagem contra atividades económicas, serviços de interesse público e infraestruturas críticas, o recurso coordenado à desinformação, à manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, as ciberatividades maliciosas, a instrumentalização dos migrantes e outras atividades desestabilizadoras***; ***que, ao abrigo deste quadro, já foram aplicadas sanções a dezenas de pessoas e entidades — incluindo oligarcas, propagandistas, agentes de informação militar, órgãos e empresas de comunicação social russos – – por difundirem narrativas pró-Kremlin, conduzirem sabotagens e comprometerem os processos democráticos; que as medidas conexas permitem agora à UE incluir o congelamento de ativos, a proibição de viajar e a suspensão de licenças de radiodifusão, bem como proibir as transações financeiras e de criptoativos associadas a atividades híbridas;***	BE. Considerando que, desde 8 de outubro de 2024, o quadro de sanções ***incluiu cidadãos e funcionários da*** Rússia, incluindo ***representantes das*** instituições***, agências de aplicação da lei e de organizações comerciais da Rússia***;

Or. en

Alteração 540
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando BE

Proposta de resolução	*Alteração*
BE. Considerando que, desde 8 de outubro de 2024, o quadro de sanções da UE permitiu visar uma vasta gama de atividades híbridas levadas a cabo pela Rússia, incluindo o enfraquecimento dos processos eleitorais e do funcionamento das instituições democráticas, as ameaças e a sabotagem contra atividades económicas, serviços de interesse público e infraestruturas críticas, o recurso coordenado à desinformação, à manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, as ciberatividades maliciosas, a instrumentalização dos migrantes e outras atividades desestabilizadoras; que, ao abrigo deste quadro, já foram aplicadas sanções a dezenas de pessoas e entidades — incluindo oligarcas, propagandistas, agentes de informação militar, órgãos e empresas de comunicação social russos — por difundirem narrativas pró-Kremlin, conduzirem sabotagens e comprometerem os processos democráticos; que as medidas conexas permitem agora à UE incluir o congelamento de ativos, a proibição de viajar e a suspensão de licenças de radiodifusão, bem como proibir as transações financeiras e de criptoativos associadas a atividades híbridas;	BE. Considerando que, desde 8 de outubro de 2024, o quadro de sanções da UE ***foi alargado e*** permitiu visar uma vasta gama de atividades híbridas levadas a cabo pela Rússia, incluindo o enfraquecimento dos processos eleitorais e do funcionamento das instituições democráticas, as ameaças e a sabotagem contra atividades económicas, serviços de interesse público e infraestruturas críticas, o recurso coordenado à desinformação, à manipulação da informação e ingerência de agentes estrangeiros, as ciberatividades maliciosas, a instrumentalização dos migrantes e outras atividades desestabilizadoras; que, ao abrigo deste quadro, já foram aplicadas sanções a dezenas de pessoas e entidades — incluindo oligarcas, propagandistas, agentes de informação militar, órgãos e empresas de comunicação social russos — por difundirem narrativas pró-Kremlin, conduzirem sabotagens e comprometerem os processos democráticos; que as medidas conexas permitem agora à UE incluir o congelamento de ativos, a proibição de viajar e a suspensão de licenças de radiodifusão, bem como proibir as transações financeiras e de criptoativos associadas a atividades híbridas;

Or. en

Alteração 541
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando BF

Proposta de resolução	*Alteração*
BF. Considerando que, em 28 de dezembro de 2024, o Governo russo anunciou que havia «alargado significativamente» a sua lista negra de cidadãos e funcionários da UE, incluindo representantes das instituições da UE, dos governos nacionais, dos serviços de aplicação da lei e de organizações comerciais; ***que esta lista negra, que visa aqueles que promovem os valores democráticos e se opõem à agressão russa na Ucrânia, é uma tentativa de intimidar e silenciar as suas vozes através de restrições opacas e arbitrárias, muitas vezes sem qualquer notificação formal, justificação ou direito de recurso;***	BF. Considerando que, em 28 de dezembro de 2024, o Governo russo anunciou que havia «alargado significativamente» a sua lista negra de cidadãos e funcionários da UE, incluindo representantes das instituições da UE, dos governos nacionais, dos serviços de aplicação da lei e de organizações comerciais;

Or. en

Alteração 542
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BF

Proposta de resolução	*Alteração*
BF. Considerando que***, em 28 de dezembro de 2024, o Governo russo anunciou que havia «alargado significativamente» a sua lista negra de cidadãos e funcionários da UE, incluindo representantes das instituições da UE, dos governos nacionais, dos serviços de aplicação da lei e de organizações comerciais; que esta lista negra, que visa*** aqueles que promovem os valores democráticos e se opõem à agressão russa na Ucrânia***, é uma tentativa de*** intimidar e silenciar as suas vozes através de ***restrições opacas e arbitrárias***, muitas vezes sem	BF. considerando que ***o regime de Moscovo recorre a medidas que incluem mandados de detenção e processos à revelia, visando*** aqueles que ***se opõem à sua postura imperial,*** promovem os valores democráticos e se opõem à agressão russa na Ucrânia***, bem como contra aqueles que combatem ativamente a influência russa, nomeadamente para*** intimidar e silenciar as suas vozes através de ***falsas acusações***, muitas vezes sem qualquer notificação formal, justificação ou direito de recurso;

qualquer notificação formal, justificação ou direito de recurso;

Or. en

Alteração 543
Danilo Della Valle, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando BF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BF-A. Considerando que foram manifestadas preocupações relativamente às sanções introduzidas ao abrigo da Decisão (PESC) 2024/2643 do Conselho e do Regulamento (UE) 2024/2642 do Conselho, que visam combater a desinformação; que estas medidas sancionatórias são adotadas pelo Conselho sem garantias jurídicas adequadas, um processo equitativo ou supervisão judicial, embora as suas consequências possam efetivamente impedir as pessoas visadas de aceder ao sistema financeiro e impor proibições de viagem, restringindo assim gravemente a sua capacidade de trabalhar e exercer a sua liberdade de circulação; que o regime de sanções não se limitou a situações em que está claramente estabelecido que as informações em questão constituem desinformação e que essa desinformação contribui para as atividades desestabilizadoras da Rússia, conforme necessário, resultando potencialmente numa violação do artigo 11.º da Carta e colocando riscos específicos ao trabalho dos jornalistas;

Or. en

Alteração 544
Kim Van Sparrentak

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando BF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BF-A. Considerando que, em 5 de dezembro de 2025, o a Administração dos EUA publicou a nova Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, que estabelece a nova política externa dos EUA, incluindo os seus princípios, prioridades e relações com diferentes regiões, incluindo a Europa e, nomeadamente, com a União Europeia; que a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA descreve as atividades da União Europeia como «comprometendo a liberdade política» e reflete uma nova política sem precedentes dos Estados Unidos para «cultivar a resistência à atual trajetória da Europa nas nações europeias»;

Or. en

Alteração 545
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BF-A. Considerando que, em 23 de dezembro de 2025, a Administração dos EUA anunciou sanções contra cinco europeus — britânicos, franceses e alemães —, impedindo-os de obter um visto para visitar os Estados Unidos; que esta decisão foi tomada com base em acusações enganosas de censura digital; que, em resposta, a Comissão recordou a autonomia regulamentar da UE e dos seus Estados-Membros e a necessidade de a defender de ingerências semelhantes

para impedir a propagação da desinformação e do discurso de ódio em toda a Europa;

Or. en

Alteração 546
Stefano Cavedagna

Proposta de resolução
Considerando BF-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BF-A. Considerando que a Turquia, um parceiro fundamental da NATO, ocupa ainda quase 40 % da ilha de Chipre desde 1974 e é acusada de repetidas violações do seu espaço aéreo;

Or. en

Alteração 547
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando BF-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BF-B. Considerando que, em 23 de dezembro de 2025, a Administração dos EUA impôs sanções em matéria de proibição de vistos a cinco cidadãos europeus, incluindo o antigo comissário da UE Thierry Bretton e quatro ativistas contra a desinformação sediados na Alemanha e no Reino Unido; que, em 22 de janeiro de 2026, a Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu rejeitou a decisão das autoridades dos EUA de proibir a concessão de vistos aos cinco cidadãos europeus, considerando-a um precedente perigoso para a

independência das instituições europeias e um ataque à soberania regulamentar da UE;

Or. en

Alteração 548
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando BF-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BF-C. Considerando que a Administração Trump anunciou o apoio a organizações ou grupos de reflexão na Europa que estejam em consonância com a sua estratégia de segurança nacional para introduzir mudanças de regime no contexto das celebrações do 250.º aniversário da independência do país; que funcionários do Departamento de Estado se deslocaram à Europa para se reunirem e apoiarem financeiramente organizações europeias que procuram minar as políticas governamentais; que estes esforços foram especificamente orientados para o Regulamento da Segurança em Linha do Reino Unido e o Regulamento dos Serviços Digitais da UE; que a Administração Trump apoiou publicamente os esforços do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, para recusar sanções mais severas contra a Rússia ou a independência europeia em relação ao gás russo;

Or. en

Alteração 549
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução

Considerando BG

Proposta de resolução	*Alteração*
BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia;	BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia; ***que a evolução da utilização de ferramentas digitais e técnicas de desinformação reflete cada vez mais os padrões típicos da conduta da criminalidade organizada para além da esfera política, incluindo a comercialização coordenada de vendas fraudulentas de bens e serviços, a publicidade enganosa de produtos inexistentes e regimes fraudulentos de angariação de fundos, incluindo a angariação de donativos para causas fictícias de beneficência;***

Or. en

Alteração 550
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando BG

Proposta de resolução	*Alteração*
BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de	BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de

grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia;	grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia; ***que existem casos em que dados sensíveis foram utilizados para publicidade direcionada para chegar a jovens homens ucranianos com desinformação russa, a fim de os dissuadir de se alistarem no exército e minar o seu moral;***
	Or. en

Alteração 551
Petar Volgin

Proposta de resolução
Considerando BG

Proposta de resolução	*Alteração*
BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação ***se transformaram em*** crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências ***nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia***;	BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação ***são frequentemente apresentadas no domínio público como*** crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências ***sociais e económicas de grande alcance, apesar de existirem poucos dados observáveis que apoiem essas caracterizações sistémicas na prática; que essas narrativas são cada vez mais invocadas como quadros explicativos que correm o risco de desviar a atenção do declínio económico estrutural na UE e da menor relevância geopolítica da União***;
	Or. en

Alteração 552
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BG

Proposta de resolução	*Alteração*
BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para ***os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros***, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia;	BG. Considerando que as ameaças híbridas, a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento ***das instituições,*** da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para ***o futuro da Europa***, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia;

Or. en

Alteração 553
Danilo Della Valle, Konstantinos Arvanitis

Proposta de resolução
Considerando BG

Proposta de resolução	*Alteração*
BG. Considerando que ***as ameaças híbridas,*** a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado	BG. Considerando que a ingerência estrangeira e as campanhas de desinformação se transformaram em crises complexas, de grande escala e intersetoriais, com consequências nefastas para a segurança e a proteção, o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento da sociedade e da economia no seu conjunto, constituindo um enorme problema para os assuntos internos da UE e desestabilizando as instituições democráticas em todos os Estados-Membros, como se tem verificado durante a agressão da Rússia contra a

durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia;	Ucrânia;

Or. en

Alteração 554
Sandra Kalniete

Proposta de resolução
Considerando BG-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BG-A. Considerando que a Rússia não reconheceu o papel que desempenhou no eclodir da Segunda Guerra Mundial, não assumiu a sua responsabilidade pelas atrocidades cometidas nos territórios ocupados pela União Soviética nem proporcionou a devida reparação às vítimas; que, ao contrário dos crimes cometidos pelo regime nazi, os crimes e os genocídios praticados pelas ditaduras comunistas na Europa no século XX não foram objeto de uma plena apreciação e condenação jurídica e política a nível internacional, o que contribuiu para a instrumentalização da história pelo regime de Putin na Rússia;

Or. en

Alteração 555
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BG-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BG-A. Considerando que os instrumentos para desmistificar e verificar os factos da ingerência estrangeira e da desinformação foram desviados por intervenientes estatais e não estatais

mal-intencionados; que, por exemplo, a UE foi acusada de ingerência eleitoral na Polónia por intervenientes estrangeiros e pró-russos, incluindo da Bielorrússia; que a lógica da verificação de factos também foi desviada por intervenientes russos, que agora alegam «verificar factos» de quem verifica factos;

Or. en

Alteração 556
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando BG-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BG-A. Considerando que Mohsen Rafikdust, brigadeiro-general iraniano reformado, acusou Teerão dos assassinatos do antigo primeiro-ministro iraniano Shapur Bakhtiar e do comandante militar Gholam Ali Oveissi, em França, há mais de 30 anos, bem como do assassinato do crítico do governo Fereidun Farrokhsad, na Alemanha, em 1992;

Or. en

Alteração 557
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BG-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BG-B. considerando que a operação russa «Overload» visou as eleições polacas de 2025, alegando ameaças

terroristas em torno da votação, instrumentalizando a migração, visando os refugiados ucranianos e tentando minar a confiança nas instituições polacas; que o TikTok, o Youtube, o X e o Facebook publicaram vídeos que interferiram nas eleições polacas, ao passo que as páginas assinaladas não foram retiradas; que a Radio Belarus publicou vídeos para enfraquecer a confiança nas instituições democráticas na Polónia durante o processo eleitoral;

Or. en

Alteração 558
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BG-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BG-C. Considerando que o sítio Web topsportnews[.]co[.]uk publicou 26 artigos falsos gerados por IA que propagam desinformação durante a campanha, nomeadamente sobre falsas suspensões de candidatos ou alterações de datas; que estes artigos foram partilhados através de uma conta Facebook suspeita ligada à Nigéria ou através de uma conta Facebook anónima; que estas contas se destinavam a esgotar o tráfego e as receitas publicitárias; que o local estava ligado a uma empresa de publicidade italiana gerida por pessoas ligadas à Nigéria; que a amplificação algorítmica através do grupo Facebook fez com que este conteúdo chegasse a 25 000 pessoas;

Or. en

Alteração 559

Petar Volgin, Christine Anderson

Proposta de resolução
Considerando BH

Proposta de resolução	*Alteração*
BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa ***exige*** uma abordagem mais vasta***,*** que abranja toda a sociedade***,*** todos os níveis de governação ***e todos os riscos; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros, as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos***; ***que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, de uma prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;***	BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa ***deve basear-se na existência de uma ameaça militar genuína e comprovável e não em cenários de risco hipotéticos ou artificialmente construídos; que só nessas condições é que*** uma abordagem mais vasta que abranja toda a sociedade ***e*** todos os níveis de governação ***pode ser considerada realista e justificada***;

Or. en

Alteração 560
Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando BH

Proposta de resolução	*Alteração*
BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa exige uma abordagem mais vasta, que abranja toda a sociedade, todos os níveis de governação e todos os riscos; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros, as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos; que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, de uma	BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa exige uma abordagem mais vasta, que abranja toda a sociedade, todos os níveis de governação e todos os riscos; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros, as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos; que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, ***que, de forma***

prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;	***realista, corresponda à dimensão do desafio, bem como de uma aplicação efetiva e coordenada de fundos,*** de uma prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;

Or. en

Alteração 561
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando BH

Proposta de resolução	*Alteração*
BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa exige uma abordagem mais vasta, que abranja toda a sociedade, todos os níveis de governação e todos os riscos; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros, as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos; que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, de uma prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;	BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa exige uma abordagem mais vasta, que abranja toda a sociedade, todos os níveis de governação e todos os riscos ***que permita a partilha de informações e de tecnologias***; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros, as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos; que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, de uma prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;

Or. en

Alteração 562
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BH

Proposta de resolução	*Alteração*
BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa exige uma abordagem mais vasta, que abranja toda a sociedade, todos os níveis de governação e todos os riscos; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros**,** as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos; que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, de uma prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;	BH. Considerando que uma preparação eficaz em matéria civil e de defesa exige uma abordagem mais vasta, que abranja toda a sociedade, todos os níveis de governação e todos os riscos; que esta abordagem deve envolver as autoridades nacionais dos Estados-Membros ***e facilitar a cooperação com*** as instituições, órgãos e organismos da UE, bem como as empresas, as universidades, a sociedade civil e os cidadãos; que este esforço deve ser acompanhado de um investimento a longo prazo, de uma prospetiva estratégica e da integração da resiliência na elaboração de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas, nos sistemas educativos e nas cadeias de abastecimento;

Or. en

Alteração 563
Helmut Brandstätter, Cynthia Ní Mhurchú, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Petras Auštrevičius, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando BI

Proposta de resolução	*Alteração*
BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade***, e*** que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise;	BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, ***assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a informações fiáveis e acessíveis em situações de emergência, em particular através de redes de radiodifusão, é uma parte essencial de uma preparação e resposta eficazes a situações de crise, permitindo que os cidadãos respondam de forma adequada em tempos de crise; que a rádio terrestre está presente em toda a UE e, muitas vezes, continua a ser a única forma de informar os cidadãos em caso de catástrofe natural ou humana;*** que a

preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise ***em todas a idades e demografias sociais***;

Or. en

Alteração 564
Sophie Wilmès, Sandro Gozi, Cynthia Ní Mhurchú, Helmut Brandstätter, Bart Groothuis

Proposta de resolução
Considerando BI

Proposta de resolução	*Alteração*
BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, e que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise;	BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, e que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise; ***que uma preparação eficaz deve também assentar no conhecimento, na educação e, se for caso disso e proporcionado, na formação contínua, incluindo a literacia mediática e digital, as competências de pensamento crítico e o acesso a informações fiáveis, de modo a permitir aos cidadãos não só reagir a emergências, mas também antecipar riscos, reconhecer a manipulação e contribuir ativamente para a resiliência coletiva das sociedades democráticas;***

Or. en

Alteração 565
Petar Volgin, Christine Anderson

Proposta de resolução
Considerando BI

Proposta de resolução	*Alteração*
BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade***, e que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise***;	BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade;

Or. en

Alteração 566
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BI

Proposta de resolução	*Alteração*
BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, e que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise;	BI. Considerando que a capacitação dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, e que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, ***complementada por formas não digitais de alerta em caso de guerra, apagão ou interrupções na Internet,*** uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares***, desenvolvidas em cooperação com os Estados-Membros,*** e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise;

Or. en

Alteração 567
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BI

Proposta de resolução	*Alteração*
BI. Considerando que ***a capacitação*** dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, e que a preparação deve incluir instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise;	BI. Considerando que ***o reforço da sensibilização*** dos cidadãos é fundamental para a resiliência da sociedade, e que a preparação deve incluir ***competências e conhecimentos no domínio da defesa civil, apoiadas por*** instrumentos práticos, como uma aplicação de alerta de crise à escala da UE, uma brochura sobre a preparação dos agregados familiares e campanhas de sensibilização de grande alcance que promovam a autossuficiência e a preparação para situações de crise;

Or. en

Alteração 568
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BJ

Proposta de resolução	*Alteração*
BJ. Considerando que a cooperação civil-militar, as capacidades de dupla utilização e a integração da preparação em programas educativos são cruciais para melhorar a prontidão em matéria de defesa através de formação específica não só para os trabalhadores de setores críticos, como os bombeiros, os profissionais de saúde e os funcionários públicos, mas também para os intervenientes da sociedade civil e o público em geral;	BJ. Considerando que a cooperação civil-militar, as capacidades de dupla utilização e a integração da preparação em programas educativos são cruciais para melhorar a prontidão em matéria de defesa através de formação específica não só para os trabalhadores de setores críticos, como os bombeiros, os profissionais de saúde e os funcionários públicos, mas também para os intervenientes da sociedade civil e o público em geral; ***que menos de metade dos cidadãos da UE declaram vontade de defender o país em que vivem, o que indica a necessidade de dedicar mais atenção à promoção de atitudes cívicas e patrióticas baseadas na responsabilidade***

pela comunidade, na sensibilização para as ameaças e na compreensão do papel dos cidadãos na garantia da segurança do país;

Or. en

Alteração 569
Petar Volgin, Christine Anderson

Proposta de resolução
Considerando BJ

Proposta de resolução	*Alteração*
BJ. Considerando que a cooperação civil-militar, as capacidades de dupla utilização e a integração da preparação em programas educativos são cruciais para melhorar a prontidão em matéria de defesa através de formação específica não só para os trabalhadores de setores críticos, como os bombeiros, os profissionais de saúde e os funcionários públicos, mas também para os intervenientes da sociedade civil e o público em geral;	BJ. Considerando que a cooperação civil-militar, as capacidades de dupla utilização e a integração da preparação em programas educativos são cruciais para melhorar a prontidão em matéria de defesa através de formação específica não só para os trabalhadores de setores críticos, como os bombeiros, os profissionais de saúde e os funcionários públicos, mas também para os intervenientes da sociedade civil e o público em geral; ***que abordagens semelhantes foram amplamente aplicadas na Europa Central e Oriental no âmbito dos modelos da era soviética de «preparação total»;***

Or. en

Alteração 570
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando BK

Proposta de resolução	*Alteração*
BK. Considerando que a soberania tecnológica e a segurança dos ecossistemas digitais, incluindo os projetos como a IRIS² (Infraestrutura para a Resiliência,	BK. Considerando que a soberania tecnológica e a segurança dos ecossistemas digitais, incluindo os projetos como a IRIS² (Infraestrutura para a Resiliência,

Interconectividade e Segurança por Satélite) e o Sistema Europeu de Comunicações Críticas, são fundamentais para manter o controlo sobre os canais de comunicação essenciais e reforçar as infraestruturas críticas;	Interconectividade e Segurança por Satélite) e o Sistema Europeu de Comunicações Críticas, são fundamentais para manter o controlo sobre os canais de comunicação essenciais e reforçar as infraestruturas críticas***, bem como assegurar a autossuficiência energética, incluindo o controlo das infraestruturas energéticas***;

Or. en

Alteração 571
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BK-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BK-A. Considerando que a manutenção da soberania europeia no setor da investigação na sua compreensão mais ampla possível é fundamental para assegurar a independência europeia, por exemplo, no setor tecnológico; que é igualmente fundamental manter uma capacidade de análise independente noutros setores, como a aprendizagem de línguas, os estudos sobre direitos humanos e os estudos culturais, a fim de evitar a perda de capacidades de análise nacionais e a criação de dependências em alguns países com análises tendenciosas; considerando que há relatos de que algumas universidades do Reino Unido suspenderam os estudos sobre direitos humanos sobre o trabalho forçado dos cidadãos uigures após a pressão da China;

Or. en

Alteração 572

Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BL

Proposta de resolução	*Alteração*
BL. Considerando que a preparação depende de uma cooperação sem descontinuidades entre as instituições e agências da UE, os Estados-Membros e os parceiros internacionais, sustentada por exercícios e formação conjuntos, plataformas partilhadas de conhecimento situacional e um rápido intercâmbio de informações;	BL. Considerando que a preparação depende de uma cooperação sem descontinuidades entre as instituições e agências da UE, os Estados-Membros e os parceiros internacionais, sustentada por exercícios e formação conjuntos, plataformas partilhadas de conhecimento situacional e um rápido intercâmbio de informações; ***que Taiwan, enquanto parceiro de primeiro plano em termos de conhecimento da situação, organizou um exercício extensivo a toda a sociedade em julho de 2025;***

Or. en

Alteração 573
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BL-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BL-A. Considerando que, desde 2016, a Aliança do Atlântico Norte declarou publicamente que as ações híbridas contra um ou mais aliados podem conduzir a uma decisão de invocar o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte; que, em conformidade com a política da NATO, embora a Aliança esteja preparada para prestar assistência a qualquer aliado contra ameaças híbridas no âmbito da defesa coletiva, a principal responsabilidade pela resposta a ameaças ou ataques híbridos cabe ao país visado; que 23 dos 27 Estados-Membros da UE são também membros da NATO; que a

UE deve desempenhar um papel de apoio e de complementaridade na resposta às ameaças híbridas;

Or. en

Alteração 574
Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BL-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BL-B. Considerando que, em julho de 2018, os dirigentes da NATO acordaram em criar equipas de apoio contra as ameaças híbridas, que prestam assistência personalizada aos aliados, mediante pedido, na preparação e resposta a atividades híbridas; que o Coordenador Especial para as Ameaças Híbridas — um cargo criado em 2025 — funciona como ponto focal de alto nível para todo o trabalho da NATO em matéria de luta contra as ameaças híbridas e assegura que a resposta da NATO continua a ser forte, eficaz e coerente; que, na UE, a AR/VP tem um mandato central no domínio das ameaças híbridas e deve continuar a ser o principal parceiro da União com a NATO neste domínio; que, nos últimos anos, foram manifestadas preocupações quanto às tentativas de alargar as competências da Comissão em detrimento da dimensão intergovernamental e da AR/VP, conduzindo a uma maior centralização, que, em particular no contexto da resposta a ameaças híbridas, se revelou contraproducente;

Or. en

Alteração 575

Beata Szydło, Mariusz Kamiński

Proposta de resolução
Considerando BL-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BL-C. Considerando que a cooperação é essencial para combater as ameaças híbridas; que o Centro Europeu de Excelência para Combate às Ameaças Híbridas, localizado em Helsínquia, na Finlândia, e apoiado por 32 países participantes, bem como pela NATO e pela UE, funciona como uma plataforma de conhecimentos especializados, ajudando os países participantes a melhorar as suas capacidades civis e militares, a sua resiliência e a sua preparação para combater as ameaças híbridas; que os Estados-Membros criaram numerosas instituições e estruturas especializadas neste domínio; que deve ser dado especial reconhecimento ao trabalho de longa data das estruturas especializadas no SEAE, bem como ao Centro de Excelência para a Comunicação Estratégica da NATO, em Riga; que não é necessário criar organismos adicionais que se sobreponham ou centralizar essas funções no âmbito da Comissão, quando já existem estruturas eficazes;

Or. en

Alteração 576
Petar Volgin, Christine Anderson

Proposta de resolução
Considerando BM

Proposta de resolução	*Alteração*
BM. Considerando que a construção de uma resiliência credível e a consecução de um nível suficiente de preparação em	BM. Considerando que a construção de uma resiliência credível e a consecução de um nível suficiente de preparação em

matéria civil e de defesa exigem um investimento em larga escala***, o reforço da*** base tecnológica e industrial da Europa e a redução das dependências estratégicas; que ***este esforço requer o estudo de novos mecanismos de financiamento específicos***;	matéria civil e de defesa exigem um investimento em larga escala ***na*** base tecnológica e industrial ***fragmentada e deteriorada*** da Europa e a redução das dependências estratégicas; que ***a base industrial da Europa enfrenta atualmente uma crise significativa e estrutural, marcada pela rápida desindustrialização, pelos elevados custos da energia e por um ambiente regulamentar que não conseguiu incentivar investimentos suficientes***;

Or. en

Alteração 577
Christophe Gomart

Proposta de resolução
Considerando BM

Proposta de resolução	*Alteração*
BM. Considerando que a construção de uma resiliência credível e a consecução de um nível suficiente de preparação em matéria civil e de defesa exigem um investimento em larga escala, o reforço da base tecnológica e industrial da Europa e a redução das dependências estratégicas; que este esforço requer o estudo de novos mecanismos de financiamento específicos;	BM. Considerando que a construção de uma resiliência credível e a consecução de um nível suficiente de preparação em matéria civil e de defesa exigem um investimento em larga escala, o reforço da base tecnológica e industrial da Europa e a redução das dependências estratégicas***, em particular no domínio digital***; que este esforço requer o estudo de novos mecanismos de financiamento específicos;

Or. fr

Alteração 578
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM

Proposta de resolução	*Alteração*
BM. Considerando que a construção de	BM. Considerando que a construção de

uma resiliência credível e a consecução de um nível suficiente de preparação em matéria civil e de defesa exigem um investimento em larga escala, o reforço da base tecnológica e industrial da Europa e a redução das dependências estratégicas; que este esforço requer o estudo de novos mecanismos de financiamento específicos;	uma resiliência credível e a consecução de um nível suficiente de preparação em matéria civil e de defesa exigem um investimento em larga escala, o reforço da base tecnológica e industrial da Europa e a redução das dependências estratégicas ***de países terceiros***; que este esforço requer o estudo de novos mecanismos de financiamento específicos;

Or. en

Alteração 579
Nathalie Loiseau, Sandro Gozi, Sophie Wilmès, Cynthia Ní Mhurchú, Bart Groothuis, Petras Auštrevičius

Proposta de resolução
Considerando BM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-A. Considerando que as comunidades da diáspora na UE desempenham um papel vital na vida democrática, na medida em que transmitem e interpretam informações, estabelecem ligações entre espaços cívicos e redes transnacionais e contribuem para um debate público informado; que as suas diversas práticas de recolha de informações e de comunicação são essenciais para o pluralismo, mas podem ser exploradas por intervenientes estrangeiros que procuram moldar narrativas ou reprimir a dissidência; que os intervenientes estrangeiros adaptam as estratégias de manipulação da informação ao público da diáspora, localizando conteúdos, explorando afinidades culturais, linguísticas e identitárias e incorporando narrativas nos meios de comunicação social e nas redes sociais da diáspora, a fim de reforçar a credibilidade e influenciar as perceções; que estas táticas podem incluir campanhas específicas nas redes sociais, amplificação não autêntica, exploração de canais de comunicação

comunitários e enquadramento narrativo que tenha eco em questões de origem ou identidades transnacionais, moldando assim opiniões e enfraquecendo a coesão democrática na UE; que tal ingerência compromete a coesão social, a confiança nas instituições democráticas e a integridade do discurso público;

Or. en

Alteração 580
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-A. Considerando que o presente relatório é formulado em termos demasiado gerais, permitindo a prossecução de uma vasta gama de medidas e objetivos, positivos ou negativos, de acordo com a sua redação; que as informações fornecidas na comunicação do Comité Misto de 12 de novembro de 2025, que estabelece, pelo menos, os elementos básicos da abordagem prevista pela Comissão Europeia, não são refletidas nem abordadas de forma substantiva no presente relatório;

Or. en

Alteração 581
Michał Wawrykiewicz, Bartłomiej Sienkiewicz, Mika Aaltola, Tomas Tobé, Sandra Kalniete, Eszter Lakos, Tomáš Zdechovský

Proposta de resolução
Considerando BM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

BM-A. Considerando que o Escudo Europeu da Democracia visa responder a ameaças crescentes e em constante evolução aos sistemas democráticos, incluindo interferências externas, desinformação e ataques híbridos, pelo que exige um processo de análise contínuo e estruturado para assegurar a sua eficácia, adaptabilidade e manutenção de um elevado nível de ambição;

Or. en

Alteração 582
Kim Van Sparrentak
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando BM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-A. Considerando que a UE adotou um instrumento anticoerção, que entrou em vigor em 27 de dezembro de 2023, para proteger a UE e os seus Estados-Membros da coerção económica exercida por países terceiros;

Or. en

Alteração 583
Juan Ignacio Zoido Álvarez

Proposta de resolução
Considerando BM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-A. Considerando que os mecanismos de combate à desinformação não devem ser utilizados de forma abusiva para centralizar o controlo governamental sobre os fluxos de informação ou para

exercer pressão política sobre os meios de comunicação social e a sociedade civil;

Or. en

Alteração 584
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BM-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-A. Considerando que a proteção eficaz dos processos democráticos exige não só legislação sólida, mas também um controlo democrático contínuo da sua aplicação a nível nacional e da União;

Or. en

Alteração 585
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BM-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-B. Considerando que os cidadãos têm o direito de formar e expressar a sua própria opinião; que não deve existir uma rede de chamados verificadores de factos, financiada direta ou indiretamente pela Comissão Europeia, encarregada de determinar o que constitui informação verdadeira ou falsa, ou de decidir o que pode ou não ser dito; atuando assim como árbitros da verdade e limitando o debate público legítimo;

Or. en

Alteração 586
Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BM-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-B. Considerando que as iniciativas de verificação de factos independentes e baseadas na comunidade desempenham um papel cada vez mais importante na luta contra a desinformação em linha e na promoção da literacia mediática a nível local;

Or. en

Alteração 587
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-C. Considerando que o financiamento da sociedade civil não é transparente e que as instituições da UE se recusaram repetidamente a publicar informações completas e pormenorizadas sobre o financiamento da sociedade civil; que certas organizações que se apresentam como «sociedade civil» estão principalmente empenhadas em influenciar o debate público e a opinião pública e procuram sistematicamente moldar os processos eleitorais na UE e nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 588
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BM-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-D. Considerando que o conceito de manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros não deve ser instrumentalizado como pretexto para a monitorização em massa, a definição de perfis ou outras formas de vigilância interna dos cidadãos europeus, nem para a restrição do discurso lícito e do debate democrático, nem como instrumento de censura dissimulado como políticas de «combate à desinformação»;

Or. en

Alteração 589
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BM-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-E. Considerando que as medidas menos intrusivas devem ser sempre preferidas na proteção dos valores democráticos e na luta contra a desinformação e a ingerência estrangeira, no pleno respeito dos direitos fundamentais, da proporcionalidade e da subsidiariedade;

Or. en

Alteração 590
Jaroslav Bžoch, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-F. Considerando que o debate democrático exige pluralismo político e uma verdadeira diversidade de opiniões; que as narrativas políticas e mediáticas que dividem artificialmente a sociedade em campos opostos, como «democratas vs. extremistas», «pró-Europa vs. anti-Europa» ou «pró-Ocidente vs. pró-Rússia», comprometem a coesão social, estigmatizam posições políticas legítimas e distorcem o processo democrático;

Or. en

Alteração 591
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-G. Considerando que o presente relatório, juntamente com outras iniciativas da Comissão Europeia e a comunicação conjunta conexa, pode abrir caminho a uma transferência progressiva de competências dos Estados-Membros para a União, reforçando assim os poderes da Comissão em detrimento da soberania nacional; que esta evolução compromete os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e pode perturbar o equilíbrio institucional estabelecido nos Tratados; que este equilíbrio institucional deve ser preservado;

Or. en

Alteração 592

Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, António Tânger Corrêa, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM-H (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-H. Tendo em conta que os Estados-Membros continuam a ser os principais responsáveis pela segurança nacional e dispõem dos seus próprios serviços de informações e de aplicação da lei; que os organismos e mecanismos da UE existentes no domínio da cooperação policial e o facto de a cooperação entre os Estados-Membros e as agências da UE já estar em vigor;

Or. en

Alteração 593
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers

Proposta de resolução
Considerando BM-I (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-I. Tendo em conta os Tratados e o acervo da União;

Or. en

Alteração 594
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri

Proposta de resolução
Considerando BM-J (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-J. Tendo em conta a evolução geopolítica em curso, incluindo a propagação de narrativas

desestabilizadoras e de operações de influência em todo o mundo;

Or. en

Alteração 595
Jaroslav Bžoch, Marieke Ehlers, Virginie Joron, Fabrice Leggeri, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando BM-K (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	BM-K. Considerando que as organizações da sociedade civil podem desempenhar um papel legítimo no debate democrático; que, no entanto, foram manifestadas preocupações quanto à influência crescente das chamadas «ONG políticas», que atuam como intervenientes de defesa de causas no processo político; que essas organizações podem, em alguns casos, prosseguir objetivos políticos comparáveis aos dos partidos políticos sem estarem sujeitas aos mesmos requisitos de transparência, responsabilização e controlo democrático; que a falta de total transparência no que respeita às suas fontes de financiamento, incluindo o financiamento estrangeiro ou indireto, pode minar a confiança do público, distorcer a tomada de decisões democráticas e abrir a porta a influências indevidas; que a salvaguarda da democracia exige que a influência política na União seja transparente e esteja sujeita a regras claras, respeitando plenamente a liberdade de associação e a liberdade de expressão;

Or. en